

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS

ALEXANDRE DE FREITAS BARBOSA

**O Brasil Desenvolvimentista (1946-1964) e a trajetória de Rômulo Almeida:
ensaio de interpretação histórica**

São Paulo
Setembro de 2017

ALEXANDRE DE FREITAS BARBOSA

**O Brasil Desenvolvimentista (1946-1964) e a trajetória de Rômulo Almeida:
ensaio de interpretação histórica**

Versão original

Tese apresentada ao Instituto de Estudos
Brasileiros da Universidade de São Paulo para
a obtenção do título de Livre-Docente

São Paulo
Setembro de 2017

Sumário

Introdução metodológica	16
Parte I - O personagem entra em cena	Erro! Indicador não definido.
1.1 Primeiros passos	Erro! Indicador não definido.
1.2 O cenário intelectual: positivistas, modernistas e nacionalistas	Erro! Indicador não definido.
1.3 A trajetória política.....	Erro! Indicador não definido.
1.4 Os intelectuais orgânicos do Estado	Erro! Indicador não definido.
Parte II - Vivendo na pele os dilemas do Brasil Desenvolvimentista (1946-1964).....	Erro! Indicador não definido.
2.1 A Assessoria Econômica de Vargas e os boêmios cívicos	Erro! Indicador não definido.
2.2 Os técnicos em fins nacionalistas e mercadistas e a sua transformação	Erro! Indicador não definido.
Parte III – Debates e embates sobre o desenvolvimento: os campos em formação	Erro! Indicador não definido.
3.1 A matriz econômica do desenvolvimento	Erro! Indicador não definido.
3.2 A sociologia acadêmica e a anatomia da derrota.....	Erro! Indicador não definido.
Parte IV – O planejador onipresente: articulando as dimensões e escalas do desenvolvimento.....	Erro! Indicador não definido.
4.1 O rompante ou “não serei o poeta de um mundo caduco”	Erro! Indicador não definido.
4.2 As várias trincheiras (1951-1954)	Erro! Indicador não definido.
4.3 Bahia, Brasil e América Latina (1954-1966).....	Erro! Indicador não definido.
Epílogo: (Re)pensando e (re)periodizando o desenvolvimento no Brasil.....	51
ANEXO - O longo e difícil parto da Petrobrás	Erro! Indicador não definido.
Referências Bibliográficas	Erro! Indicador não definido.

Introdução metodológica

Esta introdução está organizada conforme a seguinte estrutura. Primeiro, apresento os objetivos e o enfoque metodológico do trabalho, para depois discorrer sobre a concepção de história que serviu de alicerce à pesquisa e justifica, assim acredito, o “ensaio de interpretação histórica” do título. Em seguida, procuro explicar o uso mais restrito e delimitado historicamente que faço do conceito de desenvolvimentismo, para depois apontar como essa escolha teórica se diferencia dos usos correntes do “desenvolvimentismo” na literatura sobre o tema. Aproveito para ressaltar que, ao longo do trabalho, o conceito virá sempre sem aspas, quando o estiver usando conforme a minha ressignificação, e com aspas para as diversas formas pelas quais a academia a ele se refere. Não tenho a menor pretensão de dizer que o meu uso do conceito é o correto ou que as demais abordagens não são apropriadas. Aliás, não poderia ter chegado a esta formulação sem a leitura de importantes obras sobre o tema produzidas por historiadores econômicos e cientistas sociais. Parto do princípio de que cada um tem o direito de operacionalizar os conceitos à sua maneira, desde que explicito o que quer com eles. No meu caso, ao recortar o meu objeto e fazer falar os meus sujeitos, me dei conta que por vezes os conceitos “desenvolvimentismo”, e especialmente “nacional-desenvolvimentismo”, atuavam como uma camisa de força. Discorro ainda, nesta introdução, sobre o personagem Rômulo Almeida e sua trajetória peculiar, com o intuito de apontar como ela se revelou decisiva para a concepção e estruturação da pesquisa. Finalmente, apresento a estrutura do texto com suas partes e capítulos, que seguem um encadamento lógico.

Objetivos e enfoque metodológico

O objetivo deste trabalho é explicitar como interagem entre si a trajetória de Rômulo Almeida e os dilemas e contradições do Brasil Desenvolvimentista – conceito por mim formulado e aprofundado ao longo do trabalho. Se o primeiro tema não pode ser abordado sem a perspectiva oferecida pelo segundo, a concepção sobre o Brasil Desenvolvimentista não teria sido possível sem o mergulho nesta trajetória específica, que funcionou como ponto de partida da pesquisa.

Mais especificamente, pretendo destrinchar a trama complexa que envolve os intelectuais – como atores históricos que compuseram os vários fragmentos de uma geração - e o drama de uma coletividade nacional nos seus conflitos políticos e sociais, a partir do debate em torno do desenvolvimento, conceito dotado de elevado poder heurístico no período analisado.

Como primeiro objetivo, trata-se de compreender como este servidor público, a partir da sua posição social, construiu a sua interpretação engajada sobre a realidade brasileira. Engajada, pois, a reflexão por si mesma não lhe parecia suficiente, soava a exercício escolástico. Apenas fazia sentido se pudesse repercutir sobre a realidade que a nutria. Paralelamente, um segundo objetivo se coloca: acompanhar, para além da dimensão econômica, o desenvolvimento (capitalista) nacional, de 1946 a 1964, com suas rupturas e continuidades para frente (até 1980) e para trás (desde 1930).

Em poucas palavras, situar Rômulo Almeida no seu tempo em mutação é o desafio. Mas a trajetória de Rômulo serve também como recurso para recontar uma parte da história que se perdeu. Isso porque pretendo focar o papel e a visão de mundo de uma camada de servidores públicos que ocuparam posições estratégicas no aparato estatal entre os anos 1940 e 1960. Atuando a partir deste lugar, eles lograram orientar sob novos moldes os rumos do desenvolvimento nacional, mesmo enfrentando forças sociais e políticas contrárias aos seus anseios, com as quais inclusive tiveram que dialogar a todo momento.

Para tanto, fez-se necessário compreender os fatores que explicam não só a emergência da posição social ocupada por Rômulo Almeida e alguns de seus coevos, mas também o seu rápido ofuscamento, levando junto consigo a concepção de mundo por eles compartilhada. É por meio dessa opção metodológica que me pus a compreender os desafios enfrentados por um “fragmento daquela geração”, nascida entre 1905 e 1925, apenas para tomar um intervalo de tempo suficientemente amplo.

Fragmento de geração, pois *“uma geração é como um saco de gatos; pelo menos, tem gatos de todas as cores”*, como nos lembra Florestan, quando se arvora, não sem titubear, a contar a história de um “fragmento significativo” da sua geração, a partir de uma de suas “cidadelas”, a da sociologia acadêmica desenvolvida em São Paulo¹. Cabe ressaltar que o conceito de geração é tomado de modo a captar não apenas os “cortes transversais”, mas também o seu movimento “em sentido longitudinal”².

Rômulo Almeida encarna, de maneira emblemática, como se verá ao longo do presente trabalho, o grupo de burocratas-intelectuais-militantes que se lançaram na tarefa de promover o desenvolvimento nacional por meio da cidadela estatal, localizada no Rio de

¹ FERNANDES, Florestan. “A geração perdida”. In: FERNANDES, Florestan. *A sociologia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1977, p. 215-216.

² Seguimos não apenas esta, mas também outras sugestões de cunho metodológico que nortearam a elaboração da obra de Antonio Candido (CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos – vol. 1*. São Paulo, Livraria Martins, 1959, p. 29).

Janeiro, então sede do governo federal, cujos quadros eram recrutados nos quatro cantos do território brasileiro.

Creio ter tomado as precauções para não cometer o equívoco apontado por Mannheim³, qual seja o de “*eleger um homem como critério e considerá-lo como a encarnação de todas as mudanças que ocorreram*” em um determinado espaço e tempo. “*Não existe uma transformação uniforme que se produza invariavelmente em toda uma nação*”. Daí a necessidade de fazer “*uma análise concreta dos mecanismos sociais*”, que operam de diversa maneira nos vários âmbitos da vida coletiva, e levam à ascensão (ou queda) de grupos sociais dotados de uma visão compartilhada do processo que lhes confere sentido.

Trata-se de uma interpretação posicionada, no sentido de que também eu ocupo um posto de observação delimitado no tempo e no espaço – o de intelectual que se sente pouco à vontade com a forma pela qual o conceito de desenvolvimento é utilizado hoje por boa parte da academia brasileira, não só, mas especialmente nos departamentos de economia. É por meio desta posição que me ponho a perscrutar a história daquele período, com seus projetos, utopias e traumas, sob novas luzes. Para tanto, adentro o terreno da história munido pelo olhar romuliano, a partir do qual procuro re-situar os agentes sociais, intelectuais e políticos e suas perspectivas sob um enfoque totalizante. Paralelamente, realizo um movimento em sentido contrário, qual seja o de buscar um paulatino distanciamento do personagem, ele próprio virado do avesso. Durante este percurso, as próprias análises históricas produzidas no passado e no presente se tornam objeto de avaliação.

Se não me proponho a fazer uma biografia, existem elementos de natureza biográfica neste trabalho. Portanto, todo cuidado é pouco. Daí a necessidade de levar em conta as críticas de Bourdieu⁴ sobre os “relatos de vida”, que partem, *a priori*, de “*um conjunto coerente e orientado que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma intenção subjetiva e objetiva de um projeto*”. Neste caso, assume-se de antemão o “*postulado do sentido da existência narrada*”. Por mais que exista uma coerência na trajetória de Rômulo Almeida, ela apenas se constitui a partir das “*particularidades circunstanciais*” e “*acidentes individuais*”, enquanto expressões de um universo social mais amplo em constante mutação. O sentido é fruto “*do conjunto de relações objetivas que uniram o agente considerado ao conjunto de outros atores envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos*

³ MANNHEIM, Karl. *Libertad y planificación*. 2ª edição. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1946, p. 30-32.

⁴ BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: ARAÚJO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs). *Usos e Abusos da História Oral*. 8ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 184-187, 190.

possíveis”, tal como insiste Bourdieu. De maneira ainda mais enfática, Todorov⁵ aponta que “*conferir sentido a uma existência vivida*” significa “*impor o fechamento ao que cada um sempre viveu como abertura*”.

Dessa forma, e sem menosprezar as características que fundam uma personalidade, procuro vinculá-la às posições sociais ocupadas nos vários momentos da sua trajetória e ao papel que estas exerceram na totalidade social também em movimento. Daí a necessidade de se mostrar quais Rômulos foram emergindo e quais se viram abortados ou reciclados, antes, durante e depois do ciclo histórico do Brasil Desenvolvimentista. É importante lembrar que momentos de abertura na trajetória de um personagem podem ser ceifados pelo processo histórico, enquanto o que pode soar como fechamento de um processo por vezes inaugura novas searas para aquele que vive o drama de seu tempo.

Paralelamente, para fisgar “a situação temporal” do autor/ator, e de sua “obra”, é preciso escavar mais fundo de modo a revelar “a síntese das condições de interdependência” a partir de um sistema articulado de “obras” e concepções de mundo, que firmam uma tradição e originam o “estilo do tempo”, sempre construído a partir da sua relação dialética com as várias manifestações particulares⁶.

Apenas a partir desta atitude metodológica, pode-se saltar das preferências pessoais (gosto), onde entra o elemento de arbítrio que mobiliza a intuição, e sem a qual não se chega ao juízo crítico (diferente de julgamento). Somente assim se completa o giro dialético que exige a mediação com o sistema mais amplo de “obras” e autores/atores, de modo a fornecer uma avaliação (reconhecimento e definição de valor), por natureza provisória⁷. Confesso humildemente que, mesmo sem saber se consegui me colocar à altura deste desafio metodológico, ele ao menos serviu como norteador.

Neste sentido, existe, a pretensão de resgatar a história de um segmento da elite dirigente, que teve em Rômulo um de seus expoentes. Portanto, nosso personagem não é o único foco da câmera, que se desloca para os outros “boêmios cívicos”⁸ – Ignácio Rangel,

⁵ TODOROV, Tzvetan. *A beleza salvará o mundo*. São Paulo: Difel, 2011, p. 18.

⁶ Empréstado aqui, com certa liberdade, as categorias e o método de Antonio Candido, sabendo da diferença entre a sua empreitada, captar a formação da literatura brasileira a partir de um conjunto de obras que conformam um sistema literário delimitado historicamente; com o objetivo mais modesto de captar o debate sobre o desenvolvimento por meio de um burocrata-intelectual-militante – e de seus parceiros, interlocutores e adversários - inserindo-os no sistema cultural de seu tempo (CANDIDO, 1959, p. 18, 23, 30-31).

⁷ Os trechos em parênteses procuram sintetizar os passos essenciais da atitude metodológica de Antonio Candido (Ibidem, p. 9, 24-25).

⁸ São poucos os estudos da academia sobre o papel e a atuação dos boêmios cívicos. Merece destaque a contribuição de LIMA, Marcos da Costa (org.). *Os boêmios cívicos: a assessoria econômico-política de Vargas (1951-1954)*. Coleção Pensamento Crítico, 3. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas Para o Desenvolvimento, 2013.

Jesus Soares Pereira e Cleanto de Paiva Leite –; mas também para os técnicos e intelectuais do setor público como Celso Furtado, Roberto Campos, Lucas Lopes, San Tiago Dantas e Hélio Jaguaribe; sem deixar de fora da trama os “intelectuais críticos da academia”, especialmente os sociólogos; ou os “intelectuais independentes” como Caio Prado Jr. e Mário Pedrosa; além dos “intelectuais das classes populares”.

O que unia estes vários fragmentos de uma geração era o debate em torno do desenvolvimento nacional, por mais que o concebemos sob diversos ângulos a partir das cidadelas que ocupavam. Ou posto de outra forma, suas distintas “formas de pensamento” se interpenetravam e se influenciavam reciprocamente, permitindo inclusive que por vezes “alianças intelectuais” fossem tecidas entre autores com posições políticas aparentemente distantes⁹.

Durante a pesquisa, trabalhei com a ideia de círculos concêntricos em torno dos quais atuava nosso personagem: o círculo mais próximo de servidores públicos, geralmente concursados e com destacada capacitação técnica, a maioria dos quais de orientação nacionalista, que se socializavam em um aparato estatal crescentemente meritocrático, cuja expressão máxima se encontra nos “boêmios cívicos” da Assessoria Econômica do segundo governo Vargas; o outro círculo envolvia os intelectuais, não apenas economistas, atuando a partir do setor público e criando um “capital cultural” coletivo a embasar um projeto de nação. Era composto pelos “intelectuais orgânicos do Estado”, conceito que procuro desenvolver ao longo do trabalho. Esses dois círculos interagem com o mundo da política propriamente dito – o campo do poder –, envolvendo tanto os partidos como o amplo leque de segmentos sociais com crescente capacidade decisória ao longo do período.

O economista baiano aparece como um tipo social - o do intelectual que forjou um projeto-interpretação-utopia ao ocupar posições-chave no aparato estatal –, em geral, subestimado pela literatura que se deteve sobre o período. Não obstante, este tipo social se revelou estratégico por servir de ponto de conexão entre amplos segmentos não só da intelectualidade, mas da sociedade em processo de transmutação.

Rômulo Almeida, neste sentido, ocupa o mesmo papel que o mestre Antonio Candido¹⁰ atribuiu ao Conselheiro Tolentino no seu intuito de elucidar, a partir da perspectiva do “burocrata”, o Brasil Monárquico. De fato, eram outros tempos, outros problemas, outros tipos sociais.

⁹ BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2007, p. 36-39.

¹⁰ CANDIDO, Antonio. *Um funcionário da Monarquia: ensaio sobre o segundo escalão*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 1985, p. 9-13.

Não obstante, ao qualificar o funcionário público do Brasil oitocentista como alguém que estava perto dos “donos do poder”, e “*de maneira crescente à medida que se dava a subida na escada*”, Candido “*sublinha aspectos profundos da sociedade brasileira daquele tempo*”, onde ser funcionário equivalia a “ter uma posta”, simbolizando renda, prestígio e garantia. Neste contexto, mérito e favor podiam conviver quase que harmonicamente. Dando um salto no tempo, Candido refere-se ao funcionário público do período mais recente como alguém “*solto na massa da sociedade urbanizada e industrializada, que não se destaca no panorama*”.

Nosso personagem, Rômulo Almeida, situa-se entre estes dois extremos temporais, permitindo-nos acompanhar o fluxo da história a partir desta nova posição social. A do burocrata que procura erguer pontes entre o povo e a nação e que atua de maneira decisiva no cerne das contradições, sempre recicladas, que emprestam sentido ao desenvolvimento social e econômico e ao processo político durante a industrialização brasileira.

É a partir de seu olhar privilegiado – em virtude dos lugares que ocupa na cena nacional – que esse servidor público logra conceber e viabilizar, junto com seus pares, um projeto de desenvolvimento nacional. E que, seguindo de perto os seus passos, mas sem deixar de aproveitar a perspectiva fornecida pelo distanciamento histórico, proponho lançar uma interpretação sobre o Brasil Desenvolvimentista. A dinâmica desse período pode ser condensada pela história desse projeto-interpretação-utopia - que apesar de predominante no período 1946-1964, jamais se mostrou hegemônico - e de sua interação contraditória com o desenvolvimento das forças produtivas e a transformação da estrutura social e de poder. Mas o quadro não se completa se não formos capazes de mostrar como outros fragmentos daquela geração se viram às voltas com os dilemas oriundos desta contradição. Não à toa, no triênio 1961-1963, o “desenvolvimento” cede lugar a novos termos, “crise” e “revolução”, fazendo-se acompanhar de diferentes combinações de projetos-interpretações-utopias.

O método aqui adotado, especialmente no que se refere aos “*intelectuais orgânicos do Estado*”, não se contenta com a verificação do seu “destino de classe”, como se este determinasse os móveis dos atores voltados apenas à valorização da sua posição conquistada. Neste sentido, distancio-me do enfoque de Miceli¹¹, pois o discurso e a posição social não se encontram plenamente definidos no momento da disputa por espaço de poder e nem devem

¹¹ MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 347-349. Justiça seja feito ao sociólogo que menciona a necessidade de uma “*construção analítica de um perfil do grupo em questão, em termos quer de sua posição relativa na estrutura social, quer de sua contribuição para a gênese e a continuidade/ruptura do sistema de poder*”. Porém, na minha percepção, a utilização da dicotomia cooptação/autonomia para os intelectuais em geral – cujos tipos ideais não são investigados em profundidade - impede o autor de executar o seu projeto tal como proposto.

ser vistos a partir de um confortável ponto de chegada, como se dissociados estivessem da própria sociedade em ebulição. A posição social é fim por ser meio e o discurso, mais do que mero ornamento. Aliás, cada posição social, fragmento de geração ou cidadela tem o seu.

Portanto, apesar de não partir da abordagem de Brandão - que concebe o pensamento político brasileiro por meio de “famílias intelectuais” que se recompõem historicamente -, concordo com o autor que as ideias e as formas de pensamento são “cristalizações do social” e, neste sentido, permitem “interpelar inusitadamente a sociedade e a história que os produzem”¹². Adicionalmente, a posição social não pode servir como elemento suficiente e determinante da análise, se não se realiza, simultaneamente, um mergulho na “obra” em si, em sua forma e conteúdo.

A singularidade da inserção social de Rômulo – partilhada por vários de seus companheiros de fragmento de geração - permite um novo olhar sobre o passado, desde que se revele a pluralidade conflituosa de posições sociais, projetos políticos, interpretações e utopias. Mesmo que esta tenha se “resolvido” em um determinado sentido, o golpe de 1964, ocasionando uma ruptura ainda mal compreendida no movimento do real e das ideias a ele subjacente.

Por sua vez, a ampliação do foco do estudo exigiu uma revisão crítica da literatura sobre o processo de desenvolvimento no Brasil e uma tentativa de ressignificação de conceitos que, de tão repetidos, parecem ter esgotado a sua capacidade analítica. Percebi que, ao se perder de vista a multiplicidade de perspectivas, conflitos e diálogos que compuseram o nosso passado não tão distante, o presente ficara enclausurado em fórmulas gastas, adiando uma perspectiva coerente de futuro.

Concepção de história

Ao longo da pesquisa, escreei-me na concepção de Reinhart Koselleck¹³ para quem “o historiador pode se dar ao luxo de “produzir” história”, já que “*uma história já ocorrida permanece invariavelmente igual a si mesma*”. Isso significa que a abertura temporal deve captar o “*caráter processual das estruturas*” que se “*integram aos eventos cotidianos no período de uma geração*”, articulação esta soldada de maneira distinta por cada geração subsequente de historiadores interessados naquele período revisitado. Do contrário,

¹² BRANDÃO, 2007, p. 15, 23, 43-44.

¹³ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC Rio, 2006, p. 134-138, 141, 169-170.

predomina a “ficção do factual” e se estreitam, em vez de se alargarem, as “condições de possibilidade” e os “horizontes de expectativa” daquele “futuro passado”.

Não se trata de remover a poeira do passado, mas de presentificá-lo de maneira “refletida”. Tal opção significa adotar uma perspectiva, assumindo que “*o espaço contemporâneo da experiência é o centro de todas as histórias*”. Neste sentido, o perspectivismo em história permite a “redenção da parcialidade”. Por sua vez, a síntese necessária entre partidarismo e objetividade apenas torna-se possível por meio de um duplo exercício que envolve a crítica das fontes – as quais têm “poder de veto” –, assim como a construção de uma “teoria da história possível”. Uma remete dialeticamente à outra¹⁴.

Partindo deste concepção¹⁵, não existe historiografia sem uma teoria da história para o objeto/sujeito ou a realidade/processo que se procura destrinchar. Importa, pois, explicitá-la, o que apenas pode ser feito por meio da criação de “imagens mais novas” da história portadoras de sentido. Para tanto, há que se ter em conta as várias temporalidades da história. Seja porque “um único decurso de tempo” é vivido diferencialmente pelas várias gerações políticas e posições sociais. Mas também porque não se adentra novamente o “futuro passado” sem cavoucar a história da sua recepção nos vários momentos posteriores àquele passado.

Ou ainda porque cada trecho de tempo enfeixa processos de diferente duração que interagem entre si à maneira braudeliana. Conforme o historiador francês¹⁶, se no tempo curto do evento, “*vê-se apenas a sua chama*”, “*as estruturas comandam-lhe o escoamento*”, podendo servir ao mesmo tempo como “sustentáculos” ou “obstáculos”. O método braudeliano, moldado com o intuito de apreender a dialética das durações, parece-nos uma inovação na forma de captar a dinâmica e os ritmos do processo histórico. Porém, o peso que Braudel confere à longa duração e ao tempo lento, no nosso entender, por vezes limita a possibilidade de interpretação do movimento conjunto entre continuidade e ruptura em contextos específicos¹⁷.

“*Aprender a escutar os objetos de estudo*”, eis a chave fornecida pelo historiador russo Alexander Gerschenkron¹⁸. Também aqui a escuta da história apenas é possível, se

¹⁴ KOSELLECK, 2006, p. 168, 174, 184-187.

¹⁵ Ibidem, p. 13-14, 133, 184-185, 320.

¹⁶ BRAUDEL, Fernand. “História e Ciências Sociais: A longa duração”. In: *Escritos sobre a História*. 2ª edição. São Paulo: Perspectiva, 1992, p. 43-51.

¹⁷ AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. *Fernand Braudel y las ciencias humanas*. Barcelona: Montecinos, 1996, p. 43-46. Aproveito a sugestão deste autor que, apesar de apontar o “original determinismo histórico” em Braudel, indicar a possibilidade de novas formas de operacionalizar “as relações complexas entre as distintas durações”.

¹⁸ GERSCHENKRON, Alexander. “Reflexões sobre a ideologia como problema metodológico e histórico. In: *O atraso econômico em perspectiva histórica e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015, p. 387-390, 400.

mediada por uma “teoria geral” capaz de organizar e interpretar os processos e o papel dos sujeitos da história. Neste sentido, se, por um lado, o juízo de valor participa da escolha do tema e do enfoque; por outro, um esforço de distanciamento deve assegurar que as próprias hipóteses de partida sejam questionadas por meio da avaliação das fontes, das várias leituras alternativas e da relação entre os atores sociais e o processo histórico mais amplo. Indo diretamente ao ponto, se a pesquisa começa com a identificação com Rômulo e seus colegas de serviço público e militância, a pesquisa ao flagrá-los, a partir da sua posição social no processo histórico, deve permitir também relativizar as suas premissas e convicções.

É, portanto, na relação dinâmica entre a ideologia e os sujeitos que a encampam por meio de projetos declarados, especialmente durante os momentos de mudança substantiva¹⁹, que se encontra o eixo de nossa metodologia. Mas ela não se restringe ao papel destes burocratas-intelectuais-militantes, já que se propõe a alcançar, na medida do possível e de maneira sintética, senão o amplo espectro das forças sociais, ao menos outras posições sociais ocupadas pelos intelectuais enquanto fragmentos daquela geração, inclusive para recuperar os debates e confrontos esquecidos pelas leituras desta história no passado e no presente.

Tal perspectiva metodológica exigiu uma revisão crítica da literatura teórica sobre a burocracia e o papel do Estado; o desenvolvimento econômico e a dinâmica das classes sociais; a história das ideias e da atuação dos intelectuais no Brasil. Esta, por lidar com processos históricos também se tornou história, e, portanto, precisa ser encarada a partir das suas armaduras conceituais.

Não menos importante, a reflexão sobre estes temas exigiu, por vezes, um duplo movimento de desistoricização e reistoricização de certas perspectivas metodológicas de modo a permitir a sua assimilação para a o contexto brasileiro. Isso porque a compreensão de qualquer fenômeno deve considerar tanto a sua unidade como o seu desenvolvimento histórico particular.

O pensamento ocidental, ao sedimentar os marcos teóricos das ciências sociais, o fez a partir de uma experiência histórica específica pretensamente universal. Em sendo assim, ele apresenta-se, ao mesmo tempo, “indispensável e inadequado”. Suas categorias necessitam ser “desprovincializadas” do contexto que as originou, para se encharcarem do universal em suas várias manifestações particulares, ou seja, das formas específicas (e também dos conteúdos) das estruturas capitalistas no seu movimento em escala mundial. Foge-se assim do

¹⁹ Ibidem, p. 393-394, 397-399.

eurocentrismo do “ainda não”, “negador da contemporaneidade” e capaz de ser resumido na afirmação “primeiro no Ocidente, depois nos demais lugares”²⁰.

Com o intuito de situar a clivagem que o debate sobre desenvolvimento opera no Brasil dos anos 1940 e 1950, sem perder de vista as suas conexões externas, procurei me proteger contra a “mitologia das doutrinas”. Este é o termo utilizado por Skinner²¹ para criticar a “sabedoria perene” que evolui por meio do debate em torno de algumas ideias-força ao longo do tempo. De acordo com sua premissa, o pensamento apenas pode ser elucidado por meio de uma filosofia da ação que permita descortinar o seu propósito em um tempo e um local específicos. Para o historiador político, decodificar o significado de determinado pensamento não é o objetivo principal da história, voltada para a compreensão analítica do que os sujeitos “*queriam dizer quando disseram o que foi dito*”. Skinner recomenda que o historiador deve se fiar menos na contribuição dos autores/atores para o pensamento ocidental sobre determinado tema, ou na sua suposta “incoerência” em relação ao que veio antes ou depois; para focar nos recursos de linguagem utilizados com o intuito de convencer os seus coevos de que o seu propósito continha um potencial de verdade.

Ao transplantar essa discussão metodológica para o nosso objeto/sujeito de pesquisa, não se pretende abordar apenas “qual papel (o desenvolvimento) jogou no sistema de ideias” dos técnicos nacionalistas e dos intelectuais orgânicos do Estado, mas especialmente “o que estavam fazendo e o que almejavam” com o desenvolvimento quando a ele se referiam. O texto (no caso de um pensador), ou o conceito (tal como utilizado por um intelectual atuante, como no caso de Rômulo e do seu fragmento de geração) são vistos como “atos intencionais de comunicação”, utilizados no seu contexto linguístico; mas também em certo contexto social, já que este último contribui para definir “os significados convencionalmente reconhecidos” do que se pode pretender comunicar²².

Se, neste ponto, Skinner nos serve de auxílio, não adotamos a sua abordagem na íntegra. Isso porque a sua crítica aos anacronismos termina por levar a uma “cisão entre história e teoria”, em virtude da suposta “incomensurabilidade dos tempos”²³. Ora, os conceitos podem viajar no tempo e no espaço, e de fato o fazem. E essa viagem conceitual é um dos objetivos da história, como indicaremos adiante, apoiados na interpretação de Koeselleck.

²⁰ CHAKRABARTY, Dipesh. *Al margen de Europa: pensamiento poscolonial y diferencia histórica*. Barcelona: Tusquets Editores, 2008, p. 33-35.

²¹ SKINNER, Quentin. *Visions of Politics: regarding method – Vol. 1*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002, p. 3-7, 57-59, 67-68, 79.

²² *Ibidem*, p. 85-87.

²³ BRANDÃO, 2007, p. 30-33.

Sigo, também, as pegadas de Albert Hirschman²⁴, para quem os cientistas sociais na sua pretensão de fazer da “análise da mudança social” algo universal, se olvidam da desordem criativa e da multiplicidade de manifestações que caracterizam a aventura humana. Acabam, assim, empurrando a história para o reino da irreduzibilidade. Ao contrário, a busca do original serve como estímulo – uma espécie de lastro subjetivo – para aqueles autores/atores que possuem uma perspectiva transformadora. Resgatar o componente utópico da história não significa, portanto, recorrer ao campo do contrafactual, permitindo antes recompor a totalidade feita das várias rotas possíveis, inclusive as interditas.

Esta perspectiva “possibilista”, segundo a definição do próprio autor, parte de um enfoque em que política e economia aparecem integradas, incorporando assim as propostas consideradas não-realistas para “tempos normais”, mas que assumem viabilidade potencial em “constelações históricas favoráveis à mudança”. O período em tela pode ser encarado como uma dessas constelações, cuja compreensão é essencial inclusive para destrinchar o curso posterior tomado pelo processo histórico, ou nas palavras de Koselleck, para investigar e questionar a história que, em seu momento, foi dada como “real”²⁵.

Pode-se assim encarar como e porque esta história pôde se realizar. Trata-se, sobretudo, de fisgar os elementos de descontinuidade, assumindo uma perspectiva de “continuidade como periodicidade”, tal como proposta por Gerschenkron. O segredo estaria, portanto, em investigar “as inter-relações entre os elementos estáveis e cambiantes no processo histórico”²⁶, descartando a visão economicista que foca a continuidade apenas por meio de uma alteração na “taxa de mudança”. Em outras palavras, o desenvolvimento nacional, ao menos enquanto projeto-interpretação-utopia, não está contido no “desenvolvimentismo” do regime militar apenas porque este acelerou a taxa de acumulação de capital no território nacional e promoveu a diversificação produtiva. E nem necessariamente o desenvolvimento capitalista no Brasil estava condenado a se transformar em um “caso exemplar de mau desenvolvimento”²⁷, como caracteriza Celso Furtado com todas as letras no início dos anos 1980.

Em substituição a um olhar que encara a história como uma “acumulação gradual de conquistas”, onde cada momento traz a sua contribuição para o destino que se conhece, por que não assumir a existência de uma relação dialética entre o presente e o passado, seguindo a

²⁴ HIRSCHMAN, Albert. *A bias for Hope: essays on development and Latin America*. New Haven: Yale University Press, 1971, p. 26-29.

²⁵ KOSELLECK, 2006, p. 142.

²⁶ GERSCHENKRON, Alexander. “Sobre o Conceito de Continuidade na História”. In: *O atraso econômico em perspectiva histórica e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015, p. 215-226.

²⁷ FURTADO, Celso. *Cultura e Desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 10.

leitura que Michael Löwy faz das “teses sobre o conceito de história” de Walter Benjamin? O mote é “escovar a história a contrapelo” para revelar a unidade contraditória do passado tal como iluminada pelo presente. Isso é possível não apenas em virtude do distanciamento histórico que o presente oferece, mas também, e principalmente, porque ele nos permite apoderar da “imagem histórica que lampeja fugaz”²⁸. Para Benjamin, a história não vive apenas no passado, devendo ser lembrada.

O “tempo-de-agora” daquele passado, com suas possibilidades de ruptura em vários sentidos, pode ser recuperado apenas se o tempo qualitativo (heterogêneo e pleno) substituir o tempo quantitativo (homogêneo e vazio) que – para seguir na imagem metafórica de Benjamin – significa tão-somente “acariciar o pelo muito lúcido da história” tal como contada pelos que vieram em seguida. Em contraposição à “história aditiva”, Benjamin defende a “história construída” que se detém no “tempo das possibilidades”, concebido como “um aleatório aberto à irrupção imprevisível do novo”. A utopia, segundo a concepção benjaminiana, significa uma força negativa a projetar-se contra a inevitabilidade da história. O futuro viabiliza, dessa forma, a abertura de “dossiês históricos fechados”, redescobrendo combates esquecidos e considerados “utópicos”, “anacrônicos” ou na “contracorrente do progresso”, conforme a feliz síntese de Löwy²⁹.

Se na perspectiva de Benjamin, trata-se de fazer do passado uma força do presente, ao substituir o “cortejo triunfal dos vencedores” pela união dos oprimidos vencidos nos vários combates ao longo da história; cogito em que medida tal aposta metodológica se torna factível, se abrirmos mão da perspectiva revolucionária, para centrarmos o foco no projeto-interpretação-utopia desenvolvimentista de superar o passado por meio de uma modernidade própria na periferia do capitalismo?

A peculiaridade da cena nacional nesta quadra histórica reside no fato de que a defesa da modernização econômica não se fazia sem o questionamento dos seus pressupostos limitadores. Travava-se a luta a favor dos vencidos do passado e em prol dos quase-vencidos do presente, mas sem deixar de enfrentar os vencedores no seu campo, eles mesmos favorecidos pela dinâmica transformadora sustentada por esses sujeitos históricos não-revolucionários. O fato de ser “reformista” não faz desta leitura transformada em práxis naquele “tempo-de-agora” menos “derrotada”. Cabe, pois, retirá-la do “dossiê fechado da história”.

²⁸ LÖWY, Michael. “Walter Benjamin: Aviso de Incêndio”. In: *Uma leitura das teses sobre o conceito de História*. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 58-61, 64-82.

²⁹ *Ibidem*, p. 116-120, 130-131, 140-141, 157-158.

O desenvolvimentismo neste trabalho

É possível afirmar que nação e desenvolvimento se complementavam de modo a fornecer uma estrutura cognitiva ao processo em curso sobre o qual se procurava atuar. Como menciona Cândido Mendes de Almeida, importante quadro do ISEB, e parceiro de Rômulo desde o início dos anos 1950, o nacionalismo e o desenvolvimento eram “movimentos germinados”, visando a “substituição da situação colonial”³⁰.

Não custa lembrar que estes burocratas-intelectuais-militantes se autoproclamavam nacionalistas, talvez com o acréscimo de um adjetivo – “reformista”³¹ –, amplo o suficiente, mas não em demasia, para orientar as utopias em disputa. O depoimento do companheiro de Rômulo na Assessoria Econômica do segundo Governo Vargas, Cleanto de Paiva Leite, de 1988, é elucidativo a esse respeito: “*eu não gosto da palavra, para mim ‘desenvolvimentismo’ é corruptela de ‘desenvolvimento’, como ‘populismo’ é corruptela de ‘popular’*”³².

Em contraposição, Lucas Lopes – presidente do BNDE e ministro da Fazenda de JK – refere-se a um período na história do Brasil, em que teria havido uma “orientação desenvolvimentista”, definida como “*uma vocação para crescer e era preciso crescer de qualquer forma*”. Lopes chega até mesmo a diferenciar Vargas, que dava prioridade ao problema político e social, de JK, mais “desenvolvimentista”³³.

Procuraremos nos referir a estes técnicos como nacionalistas, pois assim eram chamados, e assim se definiam ao demarcar a sua posição no debate sobre o desenvolvimento. Por sua vez, tanto o período no qual estes atores jogaram um papel decisivo, como o ideário que esposavam, podem ser recunhados como desenvolvimentistas, desde que se explicita a tríade projeto-intepretação-utopia que lhes servia de alicerce e a sua relação de tensão com o

³⁰ ALMEIDA, Cândido Mendes. *Nacionalismo e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos, 1963, p. vii.

³¹ Sobre a autodefinição de Celso Furtado, que jamais utilizou a alcunha de “desenvolvimentista”, como tampouco Rômulo Almeida e demais economistas da mesma geração que partilhavam do mesmo horizonte utópico, ver depoimento de Rosa Freire d’Aguiar (apud FONSECA, Pedro Cezar Dutra. “Desenvolvimentismo: A Construção do Conceito”. In: *Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro*, CALIXTRE, André Bojikian, BIANCARELLI, André Martins & CINTRA, Marcos Antonio Macedo (orgs.). Brasília: IPEA, 2014, p. 37). Ver também FURTADO, Celso. *O capitalismo global*. São Paulo: Editora Paz & Terra, 1998, p. 12. Ao referir-se à revista *Econômica Brasileira*, que ajudara a fundar, Furtado menciona que a mesma reunia “pessoas de orientação de ‘esquerda’ ou simplesmente ‘nacionalista’”.

³² LEITE, Cleanto de Paiva. *Depoimento de 1988 concedido a Plínio de Abreu Ramos e Anamaria Ladeira Aragão no contexto do projeto “Memória do setor de energia elétrica: fase pré-operacional da Eletrobrás; transcrição de Maria Cristina Braga de Bastos e Marilza Fernandes Almeida*. Rio de Janeiro: Acervo do CPDOC-FGV, 1988, p. 32.

³³ LOPES, Lucas. *Memórias do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, 1991, p. 147, 219.

movimento mais amplo da história. Adoto esta estratégia para estabelecer uma linha divisória com relação aos usos que o termo iria adquirir nas leituras subsequentes do futuro passado. Mas nos pouparemos de fazer referência aos atores/personagens por meio de um termo que não fazia parte de seu idioma conceitual.

Apenas no caso específico de “desenvolvimentistas” como Roberto Campos e Lucas Lopes, por exemplo, que ocupam outro fragmento de geração, nos permitiremos cunhar um neologismo – o de técnicos “mercadistas” -, de modo a ressaltar que o desenvolvimento estava mais relacionado à dinamização do mercado, não figurando a nação como um fim em si mesmo. Essa denominação, explicitada ao longo do trabalho, longe de ser um demérito para estes autores/atores, procura ser o mais fiel possível à forma com que pensavam e atuavam.

A opção deste trabalho pela ressignificação do conceito deve-se a dois motivos básicos. Em primeiro lugar, ele orienta o debate do Brasil contemporâneo a partir dos anos 2000, além de figurar na literatura acadêmica desde os anos 1960. Apesar de dotado de múltiplos significados, ele faz parte do intercâmbio linguístico na academia e na imprensa, tornando-se, assim, incontornável ³⁴.

Mas o “desenvolvimentismo”, tal como é mobilizado na fala da maior parte dos meus colegas acadêmicos, tende a ocultar as origens e a complexidade das formulações sobre o desenvolvimento produzidas pelo fragmento da geração do qual faziam parte Rômulo, Furtado e Rangel. Especialmente se levarmos em consideração que tais autores/atores não esposavam uma visão economicista do mundo. O desenvolvimento possuía uma matriz econômica, mas não ficava restrito ao seu perímetro. O eixo central da sua formulação girava em torno da nação. A expansão do mercado interno, a industrialização e a transformação das relações externas eram meios. Em síntese, este fragmento de geração pensava o desenvolvimento por meio da sua experiência histórica que projetava desafios em várias frentes. A economia talvez fosse o alicerce. Mas não era tudo.

Em segundo lugar, trata-se de recuperar a força cognitiva que o desenvolvimento enquanto processo de construção nacional conferiu àquele passado, sem o que não se compreende como se projetou um novo horizonte de expectativa a partir de um espaço de experiência. Mas sempre partindo da perspectiva de um fragmento de geração que logrou tomar a frente do processo histórico, por mais que tenha sido por ele superado, como hoje sabemos. Em síntese, o Brasil Desenvolvimentista foi formado a partir das contradições que

³⁴ Segundo André Singer, “a julgar pelo debate econômico atual, o termo desenvolvimentismo ainda guarda valor heurístico”. (SINGER, André, “A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista”. In: SINGER, André, LOUREIRO, Isabel (orgs.). *As Contradições do Lulismo: A que ponto chegamos*. São Paulo, Boitempo, 2016, p. 24-26).

um projeto-interpretação-utopia julgou capaz de processar no sentido da superação do subdesenvolvimento.

Mais uma vez, é em Koselleck que podemos encontrar uma reflexão sobre a história dos conceitos enquanto parte integrante, embora metodologicamente autônoma, da pesquisa social e histórica. Ao contrário da “palavra”, que delimita possibilidades de significado, o conceito está recheado de totalidades de sentido. Portanto, *“nem toda palavra é um conceito social e político, ao passo que todo conceito se prende a uma palavra”*. Por sua vez, um mesmo conceito, “desenvolvimento” ou “subdesenvolvimento”, por exemplo, ao ser usado ao longo do tempo, pode refletir *“processos de permanência, alteração ou ineditismo dos seus significados lexicais”*³⁵.

Daí a necessidade de investigá-lo por meio de uma dupla chave sincrônica e diacrônica. Ao contrastar o “núcleo conceitual do passado” com o “núcleo conceitual contemporâneo”, são as permanências ou alterações estruturais que estão em jogo, o que no limite pode fazer com que elementos tidos como comuns a um conceito sejam colocados em campos opostos. Em outras palavras, um conceito pode perder “capacidade de rendimento” ao fim de um ciclo de transformações das estruturas econômicas, sociais e políticas. No nosso caso, por exemplo, ao menos para os técnicos nacionalistas, o desenvolvimento associava industrialização a inclusão social e aprofundamento da democracia nos anos 1950, elementos que passam a ser dissociados no “desenvolvimentismo” dos anos 1970.

Portanto, no caso do “desenvolvimentismo”, ao emprendermos uma “elucidação de trás-para-frente”, tal como sugerida por Koselleck, nos deparamos com uma situação peculiar. O seu significado no contexto contemporâneo torna-se também objeto de investigação, já que o encurtamento do seu significado lexical, restrito ao campo econômico, indica camadas de sentido daquele passado que ficaram encobertas.

A peculiaridade reside no fato de que o “desenvolvimentismo” não existia enquanto tal no passado, já que ingressou com seu significado lexical apenas no passado futuro que o sucedeu. Se fizermos a roda da história girar no outro sentido, por meio de uma elucidação “de frente para trás”, o novo conceito ressignificado – desenvolvimentismo – pode se enraizar em um novo futuro passado, mas apenas porque o conceito de desenvolvimento atuou de forma decisiva na “constituição linguística” daquela experiência temporal.

Adicionalmente, é importante ressaltar que o sufixo “ismo” cumpre o papel de apontar “uma sociedade em movimento”, saltando para além das “possibilidades finitas de auto-

³⁵ KOSELLECK, 2006, p. 104-107, 114-117.

organização humana”, e projetando um horizonte de expectativa próprio que guarda uma tênue relação com o espaço de experiência, na medida em que indica uma ruptura no sentido de um futuro possível³⁶. Ora, esse procedimento se encaixa com a noção de desenvolvimento como um processo de autotransformação nacional, tal como concebida por nossos burocratas-intelectuais-militantes.

Ao ressignificar o desenvolvimentismo daquele passado, procuro restringir e delimitar o seu alcance, tornando-o menos elástico do que o adotado por parte expressiva da literatura acadêmica, como tratarei de indicar adiante. Ao inserir esta ideia no seu devido lugar, ela assume o significado de uma aposta ética, embasada em uma perspectiva crítica da história e empunhada por determinados sujeitos históricos a partir de uma posição social articuladora que atuava – tendo por eixo norteador o desenvolvimento – nos planos estratégicos da economia, da política e da cultura. E ao classificar o período como um todo como desenvolvimentista, o objetivo é captar o seu andamento contraditório, ressaltando a especificidade dos vários momentos daquele período; mas também o papel decisivo, embora não hegemônico, do projeto-interpretação-utopia esposado pelos técnicos nacionalistas, geralmente economistas, e dos intelectuais orgânicos do Estado, categoria mais ampla que abarca a primeira.

Resgatar esta concepção de desenvolvimento implica “uma leitura filológica ativa”, pois supõe uma visão da linguagem em que as palavras deixam de ser “significantes passivos que representam despretensiosamente uma realidade mais elevada”. Para Edward Said, a realidade presumida pode, ao contrário, ofuscar como “certas estruturas de atitude, sentimento e retórica” se articulam em determinado contexto histórico. Esta proposta humanista reivindica um duplo esforço de recepção e resistência. Recepção significa se colocar na posição dos autores/atores que, no nosso caso, perseguem o desenvolvimento nacional para além da sua matriz econômica. E, resistência, no sentido de libertar a sua visão – contida nos seus textos, projetos e opções políticas – das estruturas intelectuais erguidas e transformadas em tradição, conforme um cânone estabelecido. Não se trata de um exercício purista de extrair o significado mais profundo do conceito a partir de uma análise discursiva. Mas de dar vida, por intermédio do leitor-historiador-humanista, ao “como e porque foi dito”, em determinado contexto, “*em um ato modesto de emancipação e esclarecimento*”³⁷.

³⁶ KOSELLECK, 2006, p. 325-326.

³⁷ SAID, Edward. *Humanismo e Crítica Democrática*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 82-86, 90-91, 99.

O desenvolvimentismo na literatura acadêmica

Essa discussão conceitual não me parece desprovida de sentido. Não se trata de querela semântica. Braudel³⁸, na sua obra clássica sobre o capitalismo, afirma que “*as palavras-chave do vocabulário histórico só devem ser utilizadas depois de interrogadas*”, para em seguida completar: “*duas vezes é melhor do que uma*”. Quer saber ele “de onde vêm elas”, “como chegaram até nós”, se “não irão nos confundir”? Koselleck endossa o coro, quando discorre que nos momentos de transformação política e social, “*a luta pelos conceitos ‘adequados’ ganha relevância social e política*”³⁹.

Apenas a título de registro, importa salientar que o “desenvolvimentismo” ou o “nacional-desenvolvimentismo” se revestiram de várias camadas de sentido, dando origem a interpretações não necessariamente convergentes e, às vezes, até mesmo com o sinal invertido. Não se pretende aqui fazer uma recuperação exaustiva, mas tão somente apontar alguns autores que aparecem como referências do debate, além das leituras contemporâneas que se tornaram corriqueiras.

Na primeira metade dos anos 1960, Hélio Jaguaribe se refere, pela primeira vez, ao “desenvolvimentismo nacionalista” como uma ideologia das forças novas que empurram o processo de industrialização. Logo em seguida, o “nacional-desenvolvimentismo” aparece com o sinal trocado, conforme a formulação crítica da escola uspiana, que o encarava como produto (ideologia) do ISEB para mascarar as contradições de classe e cancelar uma visão positiva sobre o papel da burguesia industrial no processo de desenvolvimento do país. O foco de ambos é o governo JK. Mas se no primeiro caso, era a ideologia de um grupo que emprestava sentido ao conceito, no segundo, todo o governo passou a ercaná-la.

Como consequência, a simbiose entre nacionalismo e desenvolvimento, presente no mundo das ideias e dos projetos, foi esgarçada ao se isolar o governo Vargas, apresentado como simplesmente “nacionalista”, ou “nacionalista-populista”; enquanto o governo JK era apodado de “desenvolvimentista” ou “nacional-desenvolvimentista”.

Nos anos 1980, alguns trabalhos acadêmicos, embasados em sólida pesquisa documental e teórica, utilizaram o conceito “desenvolvimentismo” para qualificar a ideologia dos economistas ou técnicos do Estado no período 1946-1964, tomando o cuidado de revelar

³⁸ BRAUDEL, Fernand. “Os jogos das trocas”. In: *Civilização material, economia e capitalismo, Séculos XV-XVIII – volume 2*. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 201.

³⁹ KOSELLECK, 2006, p. 101.

a convergência e a diversidade de projetos, interpretações e valores dos seus integrantes, diversidade esta que se ampliaria ao longo do período⁴⁰.

Na mesma época, José Luis Fiori realiza uma análise acerca do processo de desenvolvimento capitalista brasileiro nos seus vários momentos. Produzida, em meados dos anos 1980, o autor parece fechar o horizonte da história, pois parte do fim do processo como se este dotado fosse de uma lógica inexorável ou de uma essência para além do movimento do real. Daí a sua concepção de um “desenvolvimentismo militar e conservador”, erigido a partir do Estado Novo e que teria se mantido “dominante no Estado brasileiro até 1985”⁴¹. Portanto, o “nacional-desenvolvimentismo” aparece agora, em todas as letras, como um “desenvolvimentismo conservador”.

Neste momento, os “economistas heterodoxos da academia” estavam empenhados em acompanhar a dinâmica interna de acumulação de capital que se aproveitou da estrutura produtiva e das instituições estatais criadas nos anos 1950. O desenvolvimento transformou-se no desenvolvimento das forças produtivas e a democratização emergiu como o novo eixo central do debate. A ela cabia recolocar as questões pertinentes para a gestação de um padrão de desenvolvimento alternativo e incluyente.

A partir dos anos 1990, à medida que ficava evidente a mudança de orientação da política econômica, os termos “nacional-desenvolvimentismo” e o “desenvolvimentismo” sofreram nova mudança. Passaram a cobrir um longo período, geralmente de 1930 a 1980, como em Fiori. Mas novamente, a síntese aparecia com sinal trocado.

As tensões e contradições - que deram um sentido próprio à configuração do Brasil enquanto sociedade capitalista estruturalmente heterogênea, subdesenvolvida e dependente – passaram a ser, em alguma medida, subestimadas. Mesmo quando apontadas por meio de uma análise cuidadosa, com como no caso da obra de Bresser-Pereira⁴², a mensagem que se

⁴⁰ Destaco, especialmente, as obras clássicas de BIELSCHOWSKY (1995), SOLA (1998) e DRAIBE (1985), utilizadas de maneira exaustiva ao longo deste trabalho. Nos dois primeiros autores, o conceito de desenvolvimentismo se refere a ideologias econômicas. Já no caso de Draibe, o foco está na disputa entre “as vias de desenvolvimento capitalista do Brasil” no período de 1930-1964, não funcionando o “desenvolvimentismo como conceito estratégico para o seu trabalho.

⁴¹ FIORI, José Luís. *História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 217-218. Tal concepção encontra-se formulada em FIORI (2003), também discutido ao longo do trabalho.

⁴² O melhor exemplo desta concepção é a síntese de fôlego realizada por Bresser-Pereira (BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *A construção política do Brasil: sociedade, economia e estado desde a Independência*. 3ª edição. São Paulo: Editora 34, 2016, p. 10, 15-21, 30-31) em que o autor associa o “ciclo Nação e Desenvolvimento” à “Revolução Capitalista Brasileira” para dar conta do período 1930-1980. Diferentemente de muitos autores, ele utiliza o termo “desenvolvimentista” ou “nacional-desenvolvimentista” também para caracterizar os pactos políticos e coalizões de classe “nacionais e não dependentes”, numa tentativa de combinar fatores econômicos com políticos. O “nacional-desenvolvimentismo” pode servir para designar tanto uma estratégia de desenvolvimento econômico como uma coalização de classes.

transmite é a de que construção da nação e do capitalismo são processos potencialmente convergentes. Se existem contradições, elas podem ser superadas no longo prazo por uma política econômica que dê continuidade à “construção interrompida”.

Interessa observar que esta análise se distancia da esposada, em 1968⁴³, quando o economista paulista seguia no rastro de Jaguaribe. Então, no momento de virada da onda, ele observava que o “nacionalismo desenvolvimentista” era, apesar de sua reduzida “probabilidade política”, a única “*ideologia capitalista capaz de superar o ciclo do subdesenvolvimento brasileiro*”. Tal afirmação é uma espécie de depoimento de como se pensava o desenvolvimento, muito provavelmente referendada pelo fragmento de geração aqui estudado. O fato de ser ter sido escrita há cinquenta anos não a torna ultrapassada. Ao contrário, parece-nos que a leitura recente do autor - ao procurar situar aquela temporalidade histórica, explicando-a pelos eventos que a sucederam – restringe o seu ângulo de visão e o impede de captar aquilo que apenas intuía quando o processo histórico transcorria à sua frente.

A interpretação, que passou a ver o período como um “avanço” para o país, contou com o endosso de parte dos “economistas heterodoxos da academia” nos anos 1990 e 2000. Era quase como um revide do passado ao presente “neoliberal”. A nova caracterização do futuro passado preparou o cenário para a conversão do governo Lula em “desenvolvimentista”, abrindo espaço para novas adjetivações no campo da heterodoxia, bifurcada entre os “novo-desenvolvimentistas e os social-desenvolvimentistas”⁴⁴.

Os novos neoliberais – a sua grande maioria composta pelos “economistas ortodoxos da academia” - dariam o troco a partir de 2012, desferindo o seu ataque ao retorno do “nacional-desenvolvimentismo”, geralmente separando o primeiro governo de Lula dos demais governos petistas. Assim, o “nacional-desenvolvimentismo” surgia mais uma vez como sinônimo de intervencionismo e inflacionismo, tal como na síntese (autópsia) apressada e com escassa base empírica realizada para o período 1930-1980⁴⁵. Mas esta cumprira o seu papel ao servir de lastro teórico para a sua ascensão ao poder nos anos 1990.

Era como se o debate nacional, travado sobre o passado e o presente, ficasse circunscrito às categorias econômicas e à retórica que heterodoxos e ortodoxos desfraldavam, cada qual entoando referências aos respectivos “magos da ciência econômica”, misturadas às

⁴³ BRESSER-PEREIRA. *Desenvolvimento e crise no Brasil: entre 1930 e 1967*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968, p. 12-13, 214-215.

⁴⁴ Ver a recuperação história destes conceitos em BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. “A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social-desenvolvimentismo”. In: *Economia e Sociedade*, número especial (Desenvolvimento e desenvolvimentismo(s) no Brasil), dez. 2012, p. 784-800.

⁴⁵ FRANCO, Gustavo. *O Desafio Brasileiro: ensaios sobre o desenvolvimento, globalização e moeda*. São Paulo: Editora 34, 1999, p. 68-70.

frases feitas mais adequadas conforme as suas filiações políticas. Não havia mais os técnicos em fins acompanhados ao longo deste trabalho. Novos personagens entravam em cena. Eram os economistas geralmente dotados de uma robusta formação acadêmica. Este processo tem origem nos anos 1970 e 1980, quando se consolidam os cursos de mestrado e doutorado em economia no país e se ampliam as conexões com as novidades do pensamento ocidental provenientes das universidades estrangeiras.

Apesar da recuperação rápida e algo impressionista aqui realizada dos usos dos conceitos “desenvolvimentismo” e “nacional-desenvolvimentismo” nos últimos cinquenta anos, os termos parecem ter assumido a conotação mais ao gosto do freguês. O virtual monopólio da mídia impressa e televisiva no Brasil contribuiu inclusive para a confecção de uma imagem sobre o desenvolvimentismo como “algo do passado”, “ou que foi bom enquanto durou, porém não serve mais”, especialmente no período pós-2012, quando este trabalho foi escrito. Paralelamente, a apropriação economicista do conceito por parte dos seus defensores dá vazão às fortes críticas provenientes de segmentos da esquerda, para quem o “desenvolvimentismo” significa desprezo pelas questões sociais e ambientais.

Ao fim e ao cabo, o “desenvolvimentismo” tende a ser caracterizado como uma ideologia econômica genérica e ahistórica assimilada a qualquer intervencionismo; enquanto o “nacional-desenvolvimentismo” aparece como uma “designação ou denominação histórica”⁴⁶, referente a um período (1930 a 1980, ou 1950 a 1980), geralmente desprovida de conteúdo conceitual ou processual, podendo ser lida de maneira pejorativa ou entusiástica, conforme a orientação ideológica.

O processo de descaracterização do conceito pela imprensa e pelos novos neoliberais, auxiliados por alguns economistas heterodoxos da academia, chegou a tal ponto que o historiador e economista Pedro Dutra Fonseca teve que comparecer num jornal de grande circulação para recuperar o que considera ser seu núcleo conceitual, qual seja: “*um intervencionismo bem peculiar, cuja razão de ser - expressa por seus ideólogos ou por governos que geralmente lhes são associados - é a reversão do subdesenvolvimento*”. E completa: “*o desenvolvimentismo é fenômeno rico e complexo demais para comportar simplificações apressadas*”⁴⁷.

⁴⁶ Sobre “designação ou denominação histórica”, ver KOSELLECK, 2006, p. 306. O professor Brasília Sallum JR., do Departamento de Sociologia da USP, ao discutir uma versão bem sucinta e ainda preliminar deste trabalho, no dia 28 de maio de 2015, no IEB, proferiu a seguinte afirmação: “*o ‘nacional-desenvolvimentismo’, como o vejo, não é um conceito, mas apenas uma ‘noção’*”, o que, em alguma medida, reforça a nossa linha de argumentação.

⁴⁷ A caricatura em que se transformou o conceito, no seu entender, pela associação direta do “desenvolvimentismo” com a “nova matriz econômica” do governo Dilma, compromete o entendimento não só

O debate com os historiadores econômicos

No nosso entender, o conceito de desenvolvimento tal como operacionalizado por nossos burocratas-pensadores-militantes no período 1946-1964 pouco tem a ver com várias das concepções que o sucederam, todas elas ficando a estaca do “desenvolvimentismo”. Por vezes aparece como objeto de crítica por quem mal o conhece o que foi dito, o que foi feito, por quem e com qual intenção, como no caso dos novos neoliberais; ou então como recurso de autoridade, a título de veneração dos “mestres do passado”, especialmente no caso de muitos economistas heterodoxos da academia que se reivindicam herdeiros dos “heróis desenvolvimentistas”, embora por vezes abduquem de seguir os seus métodos de análise e estilos de reflexão. Em ambos os casos, a referência ao conceito sugere uma conexão histórica perdida.

Ressalva seja feita aos trabalhos dos historiadores econômicos, ou de cientistas sociais realizando trabalhos sobre o pensamento econômico sob uma perspectiva histórica, especialmente Ricardo Bielschowsky, Lourdes Sola e Sônia Draibe; e, mais recentemente de Pedro Cezar Dutra Fonseca, que procurou revisitar de maneira rigorosa o conceito; além dos trabalhos clássicos de Maria Conceição Tavares e interpretações realizadas pela escola da UNICAMP nos anos 1970, quando o conceito “desenvolvimentismo” era escassamente utilizado, pois o objetivo era entender as contradições da industrialização periférica sob uma ótica pós-cepalina e marxista. Um bom exemplo desta tradição é a reflexão de Carlos Lessa e Sulamis Dain, para quem “*a especificidade latino-americana está na articulação Estado-desenvolvimento capitalista*”⁴⁸.

Portanto, ao contrário de reificar a perspectiva desenvolvimentista, procuro entender o porquê de sua crescente perda de substância e sentido, o que se evidencia já antes dos governos militares, quando os técnicos mercadistas – reconvertidos em elites modernizadoras do capital - se filiam a um padrão de atuação do Estado tendencialmente tecnocrático e a uma nova aliança de classes. Tratava-se agora de azeitar as engrenagens do processo de acumulação, desenvolvendo as forças produtivas e dando um tranco nas relações de produção.

É por isso que se quisermos resgatar o sentido crítico do (sub)desenvolvimento enquanto conceito, e da sua adjetivação propositiva (desenvolvimentismo) – não de maneira

do passado, mas do presente. FONSECA, Pedro Cezar Dutra. “Desenvolvimentismo não é sinônimo de intervencionismo”. In: *Folha de São Paulo*, 06/03/2016.

⁴⁸ LESSA, Carlos & DAIN, Sulamis. “Capitalismo associado: algumas referências para o tema estado e desenvolvimento”. In: *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise, vol. 1*, BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello & COUTINHO, Renata (orgs.). São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 215-217.

abstrata, mas enraizando-o na vida social e política – para a história do presente, também um dia a ser destrinchado enquanto futuro passado; faz-se necessário mergulhar na história que se perdeu, para compreender o projeto “derrotado” ao menos como então (pré)concebido, pois talvez sequer tenha sido formulado em sua plenitude antes de ter tido a sua sorte selada.

Sobre a tríade que compõe o desenvolvimentismo, tal como aqui ressignificado, vale lembrar que ela é composta pelos elementos que embasam a concepção gramsciana – “economia, filosofia e política” – que se mostram “conversíveis um ao outro”, conformando um “círculo homogêneo”. Das relações entre forças produtivas e relações de produção, se constrói uma filosofia que atua sobre a superestrutura (vontade humana) de modo a estabelecer um vínculo orgânico com a estrutura econômica e social. O espaço da política se dá a partir da interação entre Estado (vontade centralizada) e sociedade civil (onde se trata “de educar o educador”)⁴⁹.

O marxista italiano concebe três casos para essa interação – a ditadura, a hegemonia consentida burguesa ou a “sociedade regulada”, esta última a partir de uma hegemonia dos trabalhadores (no sentido do socialismo). No nosso entender, esses tipos ideais não contribuem para investigar a complexidade do caso brasileiro, segundo a perspectiva aqui adotada. Não obstante, penso – tal como no caso acima de Walter Benjamin – ser possível utilizar as categorias gramscianas, mesmo que para tanto seja necessário redefinir alguns dos seus pressupostos metodológicos norteadores, de modo a adentrar na especificidade da estrutura de classes e de poder durante o período de consolidação do capitalismo no Brasil.

Voltando ao ponto anterior, é como se o “nacional-desenvolvimentismo”, na sua “leitura positiva”, optasse pela continuidade e pela “acumulação de conquistas”, perdendo de vista a ruptura – menos em termos de condução da política econômica, e mais em termos da “economia política das reformas” – entre distintos projetos civilizacionais. Neste sentido, não há como associar Furtado e Delfim, como se partícipes fossem do mesmo projeto, diferenciando-os por meio de adjetivos que escondem mais do que revelam. Um “social desenvolvimentista” e outro “desenvolvimentista conservador”. A quem pode interessar essa história que encara o acontecido como necessário, escamoteando os projetos alternativos que ficaram pelo caminho, conforme a concepção de história de Benjamin⁵⁰?

Acredito que a nossa interpretação se encontra justificada pelas circunstâncias que fundamentaram aquele passado, quando “uma mesma leitura do real se transformou em uma

⁴⁹ GRAMSCI, Antonio. *Obras Escolhidas – Volume 1*. Lisboa: Estampa, 1974, p. 134-135.

⁵⁰ LÖWY, 2005, p. 65.

referência compartilhada de historicidade”⁵¹ para aqueles burocratas-intelectuais-militantes. O seu projeto-interpretação-utopia surge como parte integrante de uma realidade econômica, de uma cultura política e de uma estrutura social peculiares, todas em movimento e submetidas ao seu esforço de teorização e à sua perspectiva transformadora.

Contudo, ao enraizar historicamente o conceito de desenvolvimentismo, não procuro me posicionar num novo futuro passado como quem desfere a sua artilharia contra todos e quaisquer anacronismos e neologismos que, se bem temperados, podem e devem fazer parte do cardápio do cientista social que se pretende leitor-historiador-humanista.

Concordo, portanto, com Pedro Cezar Dutra Fonseca⁵² acerca da dupla natureza do conceito “desenvolvimentismo”, filiado tanto ao “mundo material” (conjunto de políticas e de atributos reais de um sistema econômico) como ao “mundo do pensamento, na medida em que se transforma em um guia de ação a partir de ideias e valores comuns. O meu propósito é abrir a couraça econômica – mas não economicista - que o reveste para revelar a sua complexidade valorativa.

Parto da sua experiência enraizada na história brasileira para dar-lhe sentido, explicitando a relação contraditória entre o mundo material e o mundo do pensamento. No meu entender, entre o uso *ex-post* de um conceito por especialistas do futuro passado e o seu sentido em termos de práxis e utopia pelos contemporâneos do processo que se busca destrinchar existe um hiato que precisar ser preenchido.

Explico-me: se a práxis tecnocrática do Brasil pôde resolver, em alguma medida, os dilemas do mundo material, ao menos do ponto de vista das classes dominantes, a utopia e o projeto nacional se estilhaçaram, e junto com eles a interpretação forjada pelo fragmento de geração composto pelos intelectuais orgânicos do Estado. A ideologia do Brasil Potência se transformou numa gestão cotidiana dos conflitos intra-burguesia, enquanto o intervencionismo se assemelhou a uma caricatura de planejamento, em grande medida restrito à esfera econômica.

É justamente a dupla natureza do conceito que dá margem a mal-entendidos, especialmente quando se fixa apenas nos eventos (ou no rol de políticas) e nos seus resultados. A interação dialética entre esses dois lados da moeda – “mundo material” e “mundo do pensamento” – é pré-condição para que possamos avançar em uma “imagem mais nova da história” que liberte o passado do peso avassalador da “acumulação de conquistas”,

⁵¹ PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990, p. 184.

⁵² FONSECA, 2014, p. 30,44, 48-49.

encarada como necessidade inelutável do movimento do real. Da mesma forma que “*não se pode apreender a realidade do conceito*”, tampouco este é mera derivação daquela, havendo processos de mútua interação. Ainda assim, para Koselleck⁵³, a “tensão produtiva” que surge dessa “co-incidência” revela-se rica de ensinamentos para a história.

Daí a necessidade de se enfrentar as seguintes questões: pode o conceito “desenvolvimentismo” ser elaborado a partir de um núcleo comum oriundo das diversas leituras teóricas erigidas em torno dele⁵⁴? E mais, governos tão diversos podem ser alcunhados de “desenvolvimentistas” a partir de uma avaliação de suas políticas econômicas ou de seus projetos de nação correlatos? Qualquer projeto de nação uma vez enunciado como tal pode receber o rótulo de “desenvolvimentista”? É ao nível dos governos que se deve buscar o nexo que dá sentido ao “desenvolvimentismo”? E o que dizer dos projetos em disputa na sociedade que levaram a resultantes secundárias e, por vezes, a rupturas históricas, geralmente ocultadas por detrás do aparente véu de continuidade entre governos que recorreram a instrumentos de política econômica similares?

Neste trabalho, seguimos um caminho metodológico alternativo: em vez de alargar o conceito⁵⁵, de modo a abarcar as variantes ou subtipos de “desenvolvimentismo”, a partir da combinação entre o seu núcleo comum, bastante amplo, e algumas características específicas de cada governo ou país; optamos por restringi-lo, a partir de uma delimitação própria, elaborada para uma conjuntura histórica específica, de modo a capturar a sua intensidade.

Isso não significa que o conceito de desenvolvimentismo – conforme aqui recunhado – deva estar preso apenas à circunstância brasileira de um dado período, não podendo emprestar sentido à diversidade da experiência histórica⁵⁶, tal como se apresenta em outros países e períodos. Todavia, esta é uma seara pela qual não me propus a enveredar.

O passo lógico subsequente é avaliar se o curso posterior da história (pós-1964) conforma um subtipo de “desenvolvimentismo”, ou se o ineditismo dos eventos na sua transformação econômica, social e política validam a tese aqui esboçada de que já estaríamos adentrando o perímetro do pós-desenvolvimentismo. É neste ponto específico que me diferencio das interpretações dos principais autores que se debruçaram sobre a questão⁵⁷.

⁵³ KOSELLECK, 2006, p. 114.

⁵⁴ O instigante esforço teórico de FONSECA (2014, p. 41-42) parte de um núcleo comum ao “desenvolvimentismo”, ancorado na conjugação de um projeto nacional deliberado, de uma intervenção consciente do Estado e da aposta na industrialização, tendo como pressupostos a intenção de alterar o *status quo* e a permanência no perímetro do sistema capitalista. Para o propósito do nosso trabalho, esta definição revela-se sobremaneira elástica.

⁵⁵ Sobre o *trade-off* entre extensão e intensidade do conceito, ver FONSECA, op. cit., p. 32-36, 61-62.

⁵⁶ Ver KOSELLECK, op. cit., p. 109.

⁵⁷ É o caso de SOLA (1995), FONSECA (2014) e de BIELSCHOWSKY & MUSSI (2005).

Tratar o período aqui analisado (1946-1964) em toda a sua particularidade implica recuar e avançar para além dele, encontrando pontos de continuidade e ruptura. Mas não se pode perder de vista a construção neste momento específico de um projeto-interpretação-utopia – girando em torno dos conceitos de desenvolvimento e de nação – que não se vinculava necessariamente a este ou aquele governo, mas a importantes segmentos sociais e intelectuais. Estes procuravam orientar a “mentalidade utópica” da coletividade, no sentido proposto por Mannheim⁵⁸; ou então fazer uso da ideologia enquanto concepção de mundo articulada, com uma ética correspondente, que se viabiliza por meio de “reforma intelectual e cultural”, nos termos de Gramsci⁵⁹.

Utilizaremos, portanto, a concepção de utopia de Mannheim e de ideologia de Gramsci ao longo do trabalho por entendermos que elas não se opõem, mas antes se referem a diversas manifestações da esfera cultural na vida social. Aliás, não se concebe a afirmação de uma “utopia”, no sentido manheimiano, sem a organização de uma “estrutura ideológica”, conforme a visão gramsciana.

Quanto ao nosso objeto/sujeito de pesquisa, importa salientar que, durante o Brasil Desenvolvimentista, emergem de maneira imbricada: uma utopia sobre as potencialidades nacionais que se confronta com um sistema hierarquizado no plano internacional e um conjunto de desigualdades amplificadas no plano interno; um estilo próprio de reflexão sobre o andamento assincrônico das estruturas econômicas, sociais e políticas a partir da interpretação do subdesenvolvimento; e um projeto de atuação do Estado na economia (mas não somente) ancorado em segmentos de classe da sociedade – mas que recebia ao mesmo tempo reações em cadeia de todos os lados. Essa combinação mostrou-se poderosa ao articular uma visão de mundo que originou projetos inovadores relacionados às várias dimensões do desenvolvimento: infraestrutura econômica, planejamento estatal, educação, cultura, federalismo, política externa, questão agrária e desenvolvimento regional, dentre outras. Aliás, uma das peculiaridades Rômulo foi a de ter fundido várias dessas dimensões nos seus projetos.

⁵⁸ A noção de utopia em Mannheim significa o projeto de transformação da realidade a partir de uma determinada concepção do desenvolvimento histórico e de suas potencialidades. Já a ideologia seria composta das ideias que nunca lograram realizar o seu conteúdo virtual. Por mentalidade utópica se supõe uma utopia capaz de impregnar a coletividade por um determinado período histórico (MANNHEIM, Karl. *Ideología y utopía: introducción a la Sociología del Conocimiento*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2004, p. 231-232, 241, 246-247).

⁵⁹ GRAMSCI, Antonio. *Obras escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1978, p. 152-155; COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 110-114.

Isto posto, cabe ressaltar que a noção de singularidade histórica do Brasil Desenvolvimentista não significa comprar a tese historicista que parte da “singularidade dos eventos” tomados em si, pois “o passado não se repete” e deve se vincular a uma “unidade imanente de sentido” composta pela sequência de eventos ao longo do tempo. Ao contrário, apenas se pode conceber a singularidade histórica de um passado específico a partir da investigação das estruturas dinâmicas e de como elas interagem com as alternativas cambiantes e entrecruzadas de resolução das contradições na sua manifestação conjuntural. Paralelamente, esta aposta metodológica permite verificar o significado histórico deste período por destoar dos subsequentes, quando uma determinada “dinâmica estrutural” pôde prevalecer. Apenas levando em conta a amplitude do processo histórico, desprovido de qualquer teleologia implícita, a singularidade do Brasil Desenvolvimentista pode se revestir de poder analítico⁶⁰.

Tal opção metodológica encontra-se apenas sugerida em Bielschowsky⁶¹. No seu estudo clássico, o autor trabalha com o conceito de “desenvolvimentismo” como ideologia econômica a orientar as divisões entre os economistas empenhados na transformação da sociedade brasileira no sentido da superação do subdesenvolvimento. Mas, ao final da sua obra, o autor “suspeita” que a sociedade brasileira da “Era Desenvolvimentista” ainda não estava politicamente preparada para que uma ideologia de capitalismo alternativo ou de socialismo pudesse se difundir, no contexto da estrutura social e política existente.

Tal afirmação aponta para a existência de um curto-circuito entre o mundo das ideias e o mundo material, até então associados, ou pelo menos essa é a leitura que me permito fazer. Haveria uma ingenuidade no projeto-utopia-interpretação em face da nova realidade econômica, ou o processo político e a consequente reorganização das forças sociais teriam bloqueado a emergência de uma alternativa – inviável apenas porque “derrotada”, mas não enquanto possibilidade estrutural?

A “derrota” da perspectiva desenvolvimentista estaria no pensamento ou na estrutura que avançara mais rapidamente, não se deixando contagiar pela práxis/utopia que ficara no meio do caminho, por não ter sido capaz de elaborar novas formas políticas, alianças de classe e, portanto, novas concepções sobre o real? Provavelmente em ambos. Mas tal resposta é

⁶⁰ A interpretação acima, assim como os conceitos em aspas, que constam do parágrafo, foi formulada a partir de KOSELLECK, 2006, p. 115, 118, 142-145, 159-160.

⁶¹ BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995, p. 431, 433-434.

insuficiente. Isso porque as opções políticas existentes talvez sequer tenham sido levadas ao seu limite estrutural possível. Simplesmente não compareceram com seu figurino ao cenário.

Portanto, o conceito de Brasil Desenvolvimentista encontra eco na formulação não aprofundada de Bielschowsky sobre a Era Desenvolvimentista. Por mais que eu possa concordar ou não, em tese, com o fato de que a sociedade brasileira “não estivesse preparada”, este julgamento de valor não deve nortear a *priori* o esforço de pesquisa aqui almejado. O “privilégio imenso” do historiador, tal como afirma Braudel⁶², está no fato de saber de antemão, “*das forças em luta, quais hão de prevalecer*”. Mas esta comodidade não torna mais fácil o seu ofício, que não se deve conformar com os “eventos vencedores”, buscando antes as “possibilidades múltiplas e contraditórias”, sem as quais não se compreende o movimento da onda.

Mas como esmiuçar o terreno concreto das alternativas à disposição – capazes de fazer a mediação entre sujeitos, projetos e estruturas – para além do determinismo econômico que destrói o terreno da política; e no outro extremo, como não resvalar para uma “cesta de alternativas” que empurra a análise para o determinismo ideológico, como sintetiza Francisco de Oliveira⁶³ em uma reflexão tardia sobre o pré-1964?

Deste modo, pretende-se confrontar a tese da “inexorabilidade” do golpe de 1964 para o desenvolvimento do capitalismo no país, a qual aparece, de maneira implícita, em boa parte dos trabalhos produzidos pela sociologia acadêmica dos anos 1960 e 1970⁶⁴. Conforme o seu argumento central, a falta de compreensão da dinâmica de classes – em boa medida, responsável pelas práticas, crenças e ilusões do “nacionalismo”, “populismo” e “desenvolvimentismo”, que teriam contaminado determinados segmentos sociais e elites políticas – aparece como o fator decisivo para a não elaboração de um projeto alternativo de desenvolvimento potencialmente democrático e socialista.

Alternativamente, a abordagem mais recente desenvolvida por professores de história da Universidade Federal Fluminense (UFF) e por pesquisadores do Centro de Pesquisa e

⁶² BRAUDEL, 1992, p. 116-117.

⁶³ OLIVEIRA, Francisco de. “Dilemas e perspectivas da economia brasileira no Pré-1964”. In: TOLEDO, Caio Navarro de. *1964 visões críticas do Golpe: democracia e reformas no populismo*. 2ª edição. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014, p. 29-30.

⁶⁴ A análise desta produção encontra-se no subcapítulo 3.2 do presente trabalho. Utilizaremos, em especial, o livro de Octavio Ianni (IANNI, Octavio. *O colapso do Populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968). Esta obra, muito mais do que um relato histórico, realiza uma análise das “contradições do desenvolvimentismo populista”, funcionando como uma espécie de ponto alto da reflexão acadêmica sobre o período. As obras de Fernando Henrique Cardoso e Luciano Martins, e de vários outros sociólogos, também serão escrutinadas. Florestan Fernandes, com sua obra “Revolução Burguesa no Brasil”, é um caso à parte, como trataremos de demonstrar.

Documentação de Histórica Contemporânea do Brasil da FGV⁶⁵, foge da idealização empreendida pelos intelectuais críticos da academia em torno de alguns conceitos norteadores e generalizantes. Essa linha de interpretação opta pela pluralidade dos agentes sociais e políticos e de suas manifestações durante o período em questão (1946-1964), renomeado como “Terceira República”⁶⁶. O seu denominador comum é a recuperação do projeto de transformação das estruturas econômicas e sociais a partir do Estado, em um momento que o trabalhismo e o nacionalismo se apresentavam como ideologias crescentemente enraizadas na sociedade. Este projeto teria sido abortado pela aglutinação de esforços dos “liberais-conservadores” em oposição aos “nacional-estatistas”. Neste caso, a “culpa” passa a recair nas elites e classes dominantes que teriam obstruído um projeto cuja explicitação, contudo, não passa, em boa medida, de uma listagem das reformas e das forças sociais que as apoiavam.

Essas interpretações são seguramente mais complexas do que o quadro estilizado acima sugere, além de não esgotarem toda a gama de interpretações sobre o período em questão. Ainda assim, fazem parte do patrimônio da “história em geral”, do qual devem partir as novas “histórias singulares” possíveis, como sugere Koselleck⁶⁷.

O que está fora do foco das histórias acima apontadas é o papel do intelectual orgânico do Estado que almeja construir novas pontes com a sociedade, no intuito de conformar uma nova coalizão de poder hegemônica, conferindo-lhe novas bases de sustentação e orientando em um sentido peculiar os interesses das classes dominantes. Para tanto, imaginavam contar estes atores estrategicamente posicionados com o apoio de segmentos importantes da sociedade civil – burguesia nacional, classes médias e inclusive dos trabalhadores - por meio de uma estrutura ideológica que extravasa o aparelho estatal.

Compreender o “fracasso” desta estratégia – que reside no campo das ideias, mas também da estrutural social – é condição para uma análise que dispense a figura dos “culpados”, e passe a situar os sujeitos históricos do drama a partir da compreensão condicionada que tinham do seu tempo. Neste sentido, ambas as interpretações apontadas acima seguem fornecendo pistas valiosas, mesmo quando se percebe o que lhes falta (no caso

⁶⁵ Uma coletânea representativa de artigos produzidos segundo essa abordagem encontra-se em FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão. *Nacionalismo e reformismo radical*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Outro exemplo é o livro coordenado por Ângela de Castro Gomes (GOMES, Ângela de Castro. *Olhando para Dentro (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013). Nesse último livro, a introdução produzida pela coordenadora é uma boa síntese dessa linha interpretativa.

⁶⁶ A “Primeira República” seria o que se convencionou chamar de “República Velha”, enquanto a “Segunda República” compreende o período que vai da Revolução de 1930 até o fim do Estado Novo. O regime civil-militar conforma a “Quarta República”, sucedida pela “Quinta República”, que se inicia com a redemocratização.

⁶⁷ KOSELLECK, 2006, p. 184-185.

de temas e agentes esquecidos) ou o que elas possuem de sobra (o determinismo, no primeiro caso, e o historicismo no segundo).

Sobre o personagem (codjuvante) Rômulo Almeida

Ao acompanhar o percurso de Rômulo Almeida e de outros personagens que compõem o seu fragmento de geração, partindo da sua atuação, interpretação e expectativas durante os governos Dutra, segundo Vargas, JK, Jânio e Jango, em conjunto com as transformações econômicas e sociais verificadas ao longo do período, é a dinâmica do Brasil Desenvolvimentista – nos seus vários ritmos e a partir dos olhares fornecidos também por outros fragmentos daquela geração - que se procura desvendar. A análise de 1964 mostra-se importante, pois é a partir dela que a historiografia criou as narrativas sobre a Terceira República, muitas vezes promovendo um encadeamento dos eventos que torna aquela ruptura quase que uma decorrência necessária dos impasses cumulativos que se faziam sentir nas várias esferas da vida coletiva.

Mas se procuro situar Rômulo Almeida nos distintos contextos históricos (1914-1950 e 1950-1964), o primeiro quando o “personagem entra em cena” e o segundo quando “vive na pele os dilemas do Brasil Desenvolvimentista”; e por mais que ele apareça como agente e fruto da história, é esta que adquire precedência, assumindo o papel de grande personagem. Percebi que o impasse que vivera ao longo da tese, guardadas as devidas proporções, se assemelhava ao de Braudel, quando seu mestre Lucien Febvre lhe recomendara, em carta de 1927, substituir o tema central, pois o confronto entre Filipe II e o Mediterrâneo não lhe parecia “equilibrado”⁶⁸. Em poucas palavras, Rômulo Almeida é o meu Felipe II. Já o Mediterrâneo cruzou o Atlântico e se transformou em Brasil Desenvolvimentista.

Foi, portanto, o cotejamento da trajetória deste burocrata-intelectual-militante – que compõe um fragmento de geração e preenche uma posição social - com o contexto econômico, sócio-político e cultural em transformação, que nos permitiu elaborar novas categorias e hipóteses de pesquisa. As mudanças contextuais mais amplas fornecem, em última instância, o terreno movediço para o seu leque de “opções”, que eram as facultadas aos vários técnicos nacionalistas e intelectuais orgânicos do Estado, cada qual com sua trajetória individual.

Contudo, o foco sobre a figura de Rômulo permite também captar o particular dentre as possibilidades abertas à sua posição social. Pode-se assim saltar do jovem dublê de

⁶⁸ DAIX, Pierre. *Fernand Braudel: uma biografia*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 95-97.

historiador econômico e geógrafo no início dos anos 1940; à reflexão já orientada para a ação na segunda metade dos anos 1940; e, logo em seguida, ao planejador e executor trazendo a reflexão na retaguarda, entre o período de 1950 a 1966; para chegar ao servidor público isolado da “repartição”, mas não dos seus projetos de consultoria, que permitem alçar vôo ao pensador redivivo (1966-1978); e, finalmente, ao organizador de partido, no caso o MDB, quando procura redefinir o espaço de sua utopia, associada a uma nova práxis durante o processo de redemocratização (1978-1988). Infelizmente, nem todas essas facetas puderam ser captadas em sua complexidade ao longo do trabalho em virtude do prazo estipulado para a sua realização. Mas este percurso é parte constitutiva do texto final⁶⁹.

De todo modo, esses vários Rômulos que atuam na cena brasileira não são estanques entre si, antes se complementam, e até se conflitam, na medida em que o que era antes possível deixou de sê-lo. Tal segmentação da sua personalidade atuante funciona como ferramenta analítica capaz de se perscrutar o “ritmo do pensamento em desenvolvimento” ao longo das várias posições que ocupa no universo social em transformação. Assim, os “períodos críticos-cronológicos” de sua trajetória não são contrapostos de maneira mecânica, antes servem como pontos de referência para o estabelecimento de comparações válidas entre os vários modos de pensar e agir⁷⁰.

Gramsci nos fornece algumas “questões de método” relevantes para se estudar uma concepção de mundo que nunca foi exposta de maneira rigorosa, como é o caso de nosso personagem: *“sua coerência essencial deve ser buscada não em cada escrito particular ou série de escritos, mas em todo o desenvolvimento do trabalho intelectual”*. Somente assim, podemos *“identificar os elementos estáveis e permanentes”*⁷¹, que no caso de Rômulo, como tratarei de mostrar, giram em torno de uma concepção sistêmica de desenvolvimento, fundada no processo histórico e enraizada no território, a economia deslocando e potencialmente redefinindo a sociedade e a cultura, em novas bases, por meio da ação consciente de um Estado ativo e profundamente democrático.

Sua concepção sobre o desenvolvimento no Brasil não é de conhecimento das novas gerações, ao menos da minha em diante. De fato, por várias vezes ao longo da pesquisa, tive que explicar quem foi Rômulo Almeida, armando até mesmo uma pequena ladainha de modo

⁶⁹ Um esforço preliminar, que demonstra o percurso do “pensador praxista”, encontra-se em BARBOSA, Alexandre. “Pensando, planejando e executando o desenvolvimento: a trajetória de Rômulo Almeida”. In: *Cátedras para o desenvolvimento: patronos do Brasil*, CALIXTRE, André Bojikian & ALMEIDA FILHO, Niemeyer (orgs.). Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

⁷⁰ Os termos em aspas foram emprestados de GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere: temas de Cultura, Ação Católica, Americanismo e Fordismo – Vol. 4*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 18-20.

⁷¹ Idem, ibidem.

a ressaltar a sua importância e, por conseguinte, a da própria pesquisa, ambas por vezes recebida com descrédito. Mas o mesmo vale para muitos que conheceram o personagem ou aspectos da sua “obra” corporificada nos vários projetos por ele coordenados. Ao longo da pesquisa, realizei várias entrevistas com pessoas (não necessariamente economistas) que trabalharam ou conviveram com Rômulo. A resposta à questão “Existe um pensamento romuliano sobre o Brasil?”⁷² foi, na maioria das vezes, negativa.

Os entrevistados não deixaram de mencionar a contribuição do economista baiano para o desenvolvimento nacional, apontando suas realizações, assim como a visão totalizante e dialética sobre o planejamento, uma das marcas do seu pensamento. Mas, no seu entender, Rômulo não possuía uma “contribuição teórica”. Provavelmente partiam do pressuposto de que esta se faz presente por meio de livros de circulação no mercado editorial.

De fato, apesar de ter alguns livros publicados (geralmente coletânea de artigos escritos ao longo de sua vida), nosso pensador não deixou uma “obra” no sentido clássico do termo. Pode-se, até mesmo, dizer que Rômulo jamais foi “lido”, a não ser em textos elaborados no calor da hora, ou por vezes o foi sem que se soubesse, pois vários dos trabalhos por ele escritos não contam com a sua autoria. Não obstante, o acompanhamento de sua trajetória permitiu catalogar mais de uma centena de artigos publicados em livros e na imprensa, incluindo as exposições de motivos que acompanham projetos de lei e os discursos e textos mimeografados jamais publicados, que abarcam o período que vai dos anos 1930 aos anos 1980.

O pensamento romuliano, que carrega o seu olhar crítico participante sobre o Brasil, pode ser dissecado a partir desse material inédito ou desconhecido. Que tipo de pensamento era este? Optamos por chamá-lo de “praxista”, segundo designação do próprio Rômulo. Isso porque foi construído a partir da sua posição e experiência no setor público, de forma a atuar sobre a realidade nacional que ele interpreta ao empreender uma espécie de “ciência em ato”, conforme o termo elaborado por seu colega, o sociólogo Guerreiro Ramos.

A trama intrincada entre realidade e reflexão – que vai se mostrando mais complexa com o transcorrer da história – exigia do nosso personagem uma constante revisão de alguns pressupostos que nortearam a sua concepção sobre o processo de desenvolvimento no Brasil. Mesmo nos anos 1970 – quando ele parece se recolher para trás da ribalta (ou para lá é empurrado), e a dinâmica que estuda, e sobre a qual ainda procura interferir, se distancia da utopia de vários fragmentos de uma geração –, a sua reflexão não bate em retirada. Ao

⁷² BARBOSA, Alexandre de Freitas. “Existe um Pensamento Romuliano sobre o Brasil?”. In: *Informativo IRAE*, ano 3, n.4, jan./mar. 2016, p. 4.

contrário, ressurgiu ancorada no presente concreto, no seu entender, repleto de possibilidades dialéticas.

Rômulo Almeida, o burocrata-intelectual-militante que entra e sai do palco do Brasil Desenvolvimentista, onde contracenava ativamente, e que vai se esgarçando em todos os planos, luta até o último momento. Recusa-se a aceitar que havia sido “derrotado”, ou talvez não o tenha sido em sua totalidade, sendo este trabalho uma prova de sua resistência. Digo isso porque vários livros foram escritos sobre a guerrilha no Brasil, mas nenhum sobre este guerrilheiro de “terno e gravata” que entrava nos gabinetes da tecnocracia militar, e corajosamente terçava as suas armas contra o regime que com ele se aconselhava. Ao mesmo tempo, Rômulo não deixava de participar, nos anos 1970, de reuniões, assembleias e comícios com alunos, empresários, movimentos sociais e o “povão”, buscando criar as condições para uma democracia, na época vista como burguesa para muitos da esquerda, mas que para ele era a única forma de elaborar uma contra-hegemonia.

Lembremos que os dois planos – o das ideias/ações e o do contexto histórico concreto que as torna possíveis – aparecem interpenetrados, de modo a acompanhar a trajetória de Rômulo e de seu fragmento de geração em paralelo com as transformações sociais mais amplas. Este confronto é prenhe de estranhamentos e revelações, não só para o nosso autor/ator, mas também do ponto de vista da literatura que passou a associar de maneira direta o “desenvolvimentismo” da geração de Rômulo com o sentido assumido pelo desenvolvimento das forças produtivas durante o regime militar – isso pelo fato de que o Estado continuou a exercer um papel dominante no sistema econômico transformado.

Por outro lado, se o projeto no qual ele e o seu fragmento de geração militavam originava-se tanto de “*um estudo concreto da história passada*”, quanto “*da atividade de criação da nova história*”⁷³, o “fracasso” dos intelectuais orgânicos do Estado – que também é o dos intelectuais críticos da academia e dos intelectuais das classes populares, pois já é tempo de “socializar a derrota” – depende de um escrutínio rigoroso sobre o processo histórico e as suas forças motrizes.

Fato é que, aos poucos, e apesar do seu esforço revisionista, Rômulo vai se tornando um homem de outro tempo. O seu resgate se faz possível agora não por meio da geração que o

⁷³ GRAMSCI, 1974, p. 179. Por mais que o texto citado se refira à maneira como Gramsci encarava a relação entre teoria e política, no âmbito da filosofia das práxis (materialismo histórico), esta mesma combinação havia na teoria do subdesenvolvimento, por mais que aí a análise de classes estivesse apenas subentendida. O objetivo não é comparar um referencial a outro, mas mostrar como a teoria e a política apareciam como momentos interligados de um projeto de transformação histórica.

sucedeu, mas pela subsequente, no sentido de procurar compreender historicamente o porquê do seu esquecimento.

A estrutura do presente trabalho

Esta introdução metodológica cumpriu o papel de apresentar o escopo metodológico, o quadro conceitual e as referências teóricas utilizadas ao longo do trabalho. Isso se deve ao fato de que não existem capítulos de natureza exclusivamente teórica. A história e a teoria são construídas de maneira simultânea ao longo do texto.

Na primeira parte, focamos o período 1914 a 1950, acompanhando a trajetória de Rômulo Almeida e as transformações históricas que se processam no período. Algumas categorias essenciais ao trabalho, como a de intelectuais orgânicos de Estado, são desenvolvidas nesta parte. Cabe ressaltar que as mudanças econômicas aparecem ao lado das políticas e culturais e, é neste cenário mais amplo, que se formam Rômulo e o seu fragmento de geração.

Acompanhamos, na segunda parte, a trajetória de Rômulo Almeida a partir do momento em que ele assume, em 1951, a chefia da Assessoria Econômica do segundo Governo Vargas – quando apresentamos os vários personagens que, com ele, contracenaram dentro e fora da estrutura da máquina do Estado – até o ocaso do Brasil Desenvolvimentista, chancelado com o golpe de 1964. Procuramos destacar como pensavam e como agiam esses personagens protagonistas, e a partir de qual posição social – por natureza instável, em face dos deslocamentos nas estruturas econômicas, sociais e políticas –, assumindo uma perspectiva dinâmica deste tempo curto (1951-1964).

Na terceira parte, nosso personagem fica nos bastidores e outros atores ingressam no palco, para dar prosseguimento ao enredo da peça. Apresentamos, no capítulo 3.1, os debates travados no campo econômico em formação, especialmente entre os técnicos nacionalistas e mercadistas; e que aos poucos se transformam em verdadeiros embates, com a transformação de seus figurinos, o deslocamento dos discursos e das posições sociais na estrutura de poder, junto com as mudanças econômicas de maior envergadura. No capítulo 3.2, procuramos resgatar a concepção sobre desenvolvimento formulada pelos sociólogos, que então erigiam no Brasil outro campo de conhecimento. Os intelectuais críticos da academia comparecem com as suas novas abordagens, questionando as análises da CEPAL e do ISEB, mas também com suas teses sobre o papel da ciência e da ideologia. Pretendemos, sem deixar de ressaltar sua importante contribuição teórica, situá-los no debate a partir da sua posição social,

colocando-os no mesmo patamar dos intelectuais aninhados na cidadela estatal e, quando possível, fazendo com que dialoguem entre si.

A quarta parte inicia-se com o fim do segundo Governo Vargas, encarado como momento em que continuidade e ruptura se unem para promover um novo andamento da história. Rômulo volta ao palco por meio de um rompante contado no capítulo 4.1. No capítulo 4.2, fazemos um recuo, voltando à Assessoria Econômica de Vargas, agora analisada por meio dos vários projetos elaborados por Rômulo, muitos dos quais interrompidos, de modo a revelar como as dimensões internacional, social, regional e econômica do desenvolvimento se articulavam a partir do Estado, muitas vezes, com participação de outros agentes sociais. Em seguida, no capítulo 4.3, seguimos novamente a trajetória de Rômulo, sua atuação no governo da Bahia (1955-1961), sua concepção sobre o desenvolvimento do Nordeste, as idas e vindas ao governo federal, o trânsito pela política, até a sua experiência internacional em Montevideú e Washington (1961-1966), após a qual retorna novamente à Bahia em pleno regime militar.

Em todos estes momentos, buscamos flagrar o seu pensamento praxista, sempre em sintonia com as mudanças verificadas no plano nacional e internacional. Neste capítulo, tivemos que armar um novo palco na cidade de Salvador, de modo a revelar como a sua experiência nacional é, em alguma medida, reproduzida numa escala menor.

O epílogo “(Re)pensando e (re)periodizando o desenvolvimento no Brasil”, retoma de maneira breve as ideias principais apresentadas ao longo do trabalho. O seu objetivo, na verdade, é outro. Funciona como uma espécie de último ato. Aqui me proponho a dar conta do desafio, em forma de exercício, de traçar em longas pinceladas a história do desenvolvimento no Brasil no período pós-1930. Procuo ressaltar as continuidades e rupturas, assim como os momentos de transição, por meio da relação nada linear entre o mundo do pensamento e o mundo material, entre as concepções sobre o desenvolvimento e as transformações das estruturas econômicas, sociais e políticas. Portanto, um exercício em forma de afresco.

O prisma adotado é o tempo relativamente longo, mas não lento, pois sujeito a acelerações e paradas bruscas e, portanto, composto de vários ritmos, os quais resultam das formas com que são processadas (ou não) as tensões e assimetrias entre as distintas dimensões do desenvolvimento, cobrindo o período que vai de 1930 a 2010. Fica a seguinte pergunta: pode uma nova perspectiva desenvolvimentista atuar como força aglutinadora da energia histórica em face da variedade de capitalismo que se consolidou no país? Em que condições?

Ao final da tese, encontra-se um anexo em que relato a experiência de Rômulo Almeida e de Jesus Soares Pereira durante o “longo e difícil parto da Petrobrás”, abarcando a

sua concepção na Assessoria Econômica, a negociação do projeto no Congresso e o debate travado na sociedade. Não tive a coragem de descartá-lo por se tratar de um estudo de caso exemplar para os objetivos da pesquisa. Além do levantamento historiográfico, este anexo permite “testar” algumas das hipóteses que norteiam nosso trabalho.

Epílogo: (Re)pensando e (re)periodizando o desenvolvimento no Brasil

Por que “epílogo” e não “conclusões” ou “considerações finais”? Neste último ato, procuramos empreender um exercício de natureza exploratória. Não é o caso de sintetizar o que antes foi dito, mas de ampliar o seu foco e alcance, por meio de um experimento de (re)periodização da história brasileira contemporânea, sob o ângulo do desenvolvimento, partindo dos pressupostos apresentados anteriormente (ver quadro 1 ao final). Trata-se de verificar em que medida a aposta metodológica deste trabalho faz sentido para os períodos subsequentes. Portanto, em vez de fechar a história, queremos abri-la, oferecendo novas oportunidades de interpretação ainda provisórias.

Um dos objetivos intentados ao longo deste trabalho foi o de refutar o paradigma que toma o período 1930-1980 como um bloco, apodando-o de “nacional-desenvolvimentista”. É certo que a Revolução de 1930 mostrou-se fundamental para a ruptura com o molde econômico e social anterior. Já o Estado Novo permitiu que uma nova postura do Estado emergisse, mas a sua forma autoritária não contribuiu para que a sociedade se fizesse partícipe deste esforço de transformação nacional.

O desenvolvimentismo, no sentido aqui proposto, originou-se de um projeto-interpretação-utopia que girava em torno do par desenvolvimento e nação. Concebido por um grupo de intelectuais orgânicos do aparelho estatal – em sintonia com parcelas expressivas da sociedade –, este projeto vigorou, com diversas perspectivas de viabilização, durante o período 1946-1964. Porém, jamais se revelou hegemônico, pois envolvia embates dentro e fora do Estado, que levaram no auge do processo ao deslocamento desta posição social e da sua visão de mundo norteadora.

O seu mote era o desenvolvimento nacional autônomo. Possuíam esses atores intelectuais uma concepção sobre o funcionamento da sociedade em transformação, especialmente de suas debilidades e obstáculos, e estavam imbuídos da utopia de que outra modernidade era possível na periferia do capitalismo, desde que se alterassem as relações de dependência, e o progresso técnico fosse incorporado de modo a permitir inclusão social e enraizamento territorial. Dizer que isto era ingenuidade e que o capitalismo brasileiro teria que se internacionalizar e acentuar sua dinâmica concentradora, como se estivesse escrito no seu DNA, significa aceitar que os segmentos conservadores (tradicionais e modernos) teriam de vencer a parada, como se a história estivesse escrita de antemão.

Após o golpe de 1964, o Brasil ingressa no período pós-desenvolvimentista. O milagre econômico e a síndrome do Brasil Potência fariam crescer o mercado interno, com forte internacionalização e ativismo estatal. Resumindo: o regime militar navegou no rastro de um

processo que vinha de longe, fez algumas reformas para alavancar a acumulação de capital e retirou o povo da história.

Nas últimas duas décadas do século XX, o próprio substantivo (desenvolvimento) que empresta sentido ao desenvolvimentismo como projeto-interpretação-utopia foi aos poucos saindo de cena. Nos 1980, prevaleceu o conjunturalismo na gestão econômica. Por outro lado, numa espécie de último “suspiro desenvolvimentista”, as mobilizações sociais voltaram vitaminadas e, no seu rastro, a Constituição de 1988 foi parida. Esta pauta que vinha de baixo e se transformou em lei, entretanto, não desembocou numa nova alternativa de desenvolvimento. Mesmo assim, apesar da lenta e fragmentada implantação da agenda constitucional, ela levou à expansão da seguridade social, do SUS e da rede de proteção social, algo que percorreu os governos FHC, Lula e Dilma, não obstante as importantes diferenças de orientação⁷⁴.

Já nos 1990, o país foi atingido pela febre da abertura sem critérios. Era o tempo de se desfazer dos resquícios do “desenvolvimentismo” e da “Era Vargas” para aderir aos ventos aparentemente benignos da “globalização”. Surgiram afoitos os economistas anti-desenvolvimentistas com seus currículos lapidados nas universidades estrangeiras. Aproveitaram-se da crise da dívida externa, que minara o mercado interno e o potencial de negociação internacional do país. O Plano Real - inicialmente um plano de estabilização monetária - continha reformas de base pelo avesso, cujo objetivo último era a crescente externalização dos centros de decisão e o enfraquecimento dos atores sociais.

Falava-se de um novo modelo de desenvolvimento ancorado na restrição do papel do Estado e no aumento da produtividade⁷⁵, mas esta fórmula parecia flutuar num vazio social, transplantada diretamente dos livros-textos de economia para a sociedade brasileira. O estilo de interpretação sobre o país – que buscava as raízes históricas e a recorrente atualização do subdesenvolvimento e da dependência - deu lugar à tese da necessidade de “normalização” da economia brasileira, subordinando a ação política, interna e externa, e impondo as “reformas sociais” de cunho mercadista. Não havia nada de estrutural ou peculiar à formação histórica brasileira. O único resquício do passado era a chamada “memória inflacionária”.

Esta frente de economistas anti-desenvolvimentistas é composto pelos novos neoliberais e pelos novos mercadistas. A diferença essencial entre eles não está na formação acadêmica – pois são todos, em maior ou menor medida, economistas ortodoxos da academia

⁷⁴ SALLUM JR., “Desenvolvimento e desenvolvimentismo”. Entrevista concedida a Jefferson O. Goulart. In: *Revista FAAC*, Bauru, v. 1, n.1 out. 2011/mar. 2012, p. 129-130, 132.

⁷⁵ FRANCO, 1999, p. 73-77.

-, mas na sua vinculação social. Os primeiros encontram-se atados aos interesses financeiros, ficando pé no par estabilidade monetária e aumento da produtividade, no que se assemelham a ventríloquos tardios de Gudin. Os novos mercadistas⁷⁶ se diferenciam destes por imaginarem que um novo *mix* de política econômica e uma nova relação entre Estado e capital privado possam fazer crescer a economia brasileira, concebida como espaço ainda pouco entrosado na economia internacional. Possum um mínimo de enraizamento junto a setores da indústria e da infraestrutura.

O anti-desenvolvimentismo faz parte do universo cognitivo de ambos. André Lara Rezende se refere, por exemplo, a um “*nacional-desenvolvimentismo estatizante que pauta, ainda hoje, o imaginário político brasileiro*”⁷⁷. E Persio Arida completa, escorando-se numa elaboração própria do futuro passado, ao mencionar que “*a visão desenvolvimentista e a expectativa de um Estado paternalista dominavam a cena política*”⁷⁸.

Nos anos 1990, a noção de utopia nacional foi superada pela aceitação do “triumfalismo norteamericano” e do “fundamentalismo de mercado”, o que, aliás, não foi privilégio do Brasil⁷⁹. O país deveria se associar (aderir) ao sistema internacional, o que pressupunha um isolamento ao menos relativo. O setor privado – puxado pelas transnacionais, cada vez mais atuantes, agora inclusive nos oligopólios do setor de serviços - e um Estado “social-liberal” dariam conta do resto. Se não tivesse sido flagrado pela crise de 1999 e pelas reações em cadeia provenientes da sociedade e do aparato estatal, o país não teria voltado a pronunciar a palavra desenvolvimento nas décadas seguintes.

O ocaso do governo FHC foi sucedido pela euforia do operário que chegava ao poder. O Governo Lula, aparentemente, tinha tudo para lançar um projeto nacional de fôlego. Por que não o fez?

O período 2004-2008 foi um dos mais auspiciosos da história republicana recente. A economia mudava de marcha, os programas sociais expandiam-se junto com o emprego, e o governo, sem se descuidar da situação fiscal, lançava um novo pacote de investimentos. Esboçou-se inclusive uma visão sobre o mundo e sobre o papel do Brasil no teatro das nações. Com a crise financeira atingindo de cheio as economias do Atlântico Norte, o governo

⁷⁶ Segundo a formulação de Brasília Sallum Jr., o “desenvolvimentismo”, na sua “versão liberal” disputa, desde 1990, com os neoliberais e estatal-distributivistas a prioridade na orientação do Estado (SALLUM JR., 2011/2012, p. 130). Apesar de discordarmos desta formulação, os seus “desenvolvimentistas liberais” representam os grupos que estamos chamando de novos mercadistas.

⁷⁷ RESENDE, André Lara. *À mesa com o Valor*. Entrevista com Robinson Borges. In: Valor Econômico, 23 jun. 2017, p. 18.

⁷⁸ ARIDA, Persio. *À mesa com o Valor*. Entrevista com Daniel Salles. In: Valor Econômico, 16 jun. 2017, p. 15.

⁷⁹ STIGLITZ, Joseph. *Freefall: Free Markets and the Sinking of the Global Economy*. Londres: Penguin Books, 2010, p. 218-221.

brasileiro agiu prontamente, abrandando os efeitos negativos sobre a economia brasileira. Era o momento do grande salto adiante.

No pós-2008, processou-se uma reorganização da economia mundial capitalista, alterando a posição das economias dinâmicas da periferia com base industrial e mercado interno robusto. Era então o momento de enfrentar a crise de curto prazo, não apenas com medidas anticíclicas, mas com um verdadeiro projeto de desenvolvimento para os novos setores dinâmicos na indústria e nos serviços, com políticas na área de infraestrutura social, energética e urbana, agindo na superação de gargalos que agora apareciam por todos os lados. Era também o momento certo para a correção cambial. E para acionar um salto de produtividade sistêmica no Brasil, sem abrir mão do combate à desigualdade, mas inclusive para aprofundá-lo.

Era o momento se... um projeto nacional tivesse sido estruturado, com base social e enraizamento regional. Um projeto nacional que, por meio da reforma do Estado, associasse desenvolvimento com ampliação da cidadania⁸⁰.

O desenvolvimentismo não compareceu com os elementos que compuseram a tríade durante o período analisado. Certo elemento de utopia das potencialidades nacionais estava presente na retórica discursiva e inclusive em algumas de suas políticas públicas. Mas um projeto de transformação – contendo uma interpretação dos dilemas a serem superados; apoiando-se nos grupos sociais capazes de acionar mudanças de largo alcance na estrutura econômica; atuando sobre a concentração de poder político e de acesso a informação; e assegurando a ampliação do acesso à terra no campo e na cidade - jamais se concretizou. Mesmo a política externa inovadora foi mais “altiva” que “ativa”.

O estilo de interpretação do Brasil empreendido no passado, por meio de uma atualização crítica, se mostrava estratégico para qualquer nova perspectiva desenvolvimentista. Deveria estar ancorado numa compreensão das novas possibilidades abertas pela reorganização do capitalismo em escala internacional, do descompasso interno entre as estruturas econômicas e sociais e dos impasses colocados pela rígida coalizão de poder para a soldagem de uma alternativa contra-hegemônica. Não houve interpretação e nem projeto dotado de bases sociais e políticas. O Estado se restringiu a opções de política macroeconômica, adotando cardápios opostos, de maneira incoerente e espasmódica.

⁸⁰ BARBOSA, Alexandre de Freitas. “Do Ciclo Expansivo ao Ajuste Fiscal: Uma Interpretação Estruturalista”. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello & BASTOS, Pedro Paulo Zahluth (orgs.). *Austeridade para quem? Balanço e Perspectivas do governo Dilma Rousseff*. São Paulo: Carta Maiors; FES, 2015, p. 141-144.

Os expoentes do “desenvolvimentismo” receberam homenagens e coletâneas, enquanto o seu método foi deixado de lado tanto na universidade brasileira – mais preocupada com os avanços milimétricos das ciências sociais nos centros do pensamento ocidental –, como nos segmentos majoritários da intelectualidade não-acadêmica. Ficou este estilo de interpretação confinado aos trabalhos produzidos pelos estudiosos do pensamento político e social brasileiro ou pelos historiadores econômicos. De um lado, a “esquerda acadêmica” imaginava que a economia podia tudo. De outro, imperava na “esquerda social” a visão de que uma pressão no sentido da radicalização do governo se fazia suficiente.

Durante o governo Dilma, os dilemas estruturais apareceram de forma conjugada. A Era Lula expunha todas as suas contradições. Os seus defensores acusavam a crise internacional. Os seus detratores, a política “desenvolvimentista”.

O buraco é mais embaixo e revela a ausência de reflexão por parte do governo, do PT, dos intelectuais (especialmente os de esquerda) sobre as contradições da sociedade brasileira. Ao final dos anos 2000, enquanto o líder operário-estadista era aplaudido pelo “mercado” e pelo sistema político, ficava evidente a ausência de uma perspectiva desenvolvimentista. Boa parte da esquerda repetia acriticamente slogans, tais como “pagamos a dívida com o FMI”; “consequimos o *investment grade*”; “vimos um país de classe média”; “estamos no pleno emprego”. Enquanto isso, os economistas heterodoxos da academia debatiam qual modelo seria o melhor para o Brasil, o “social-desenvolvimentismo”, ou o “novo-desenvolvimentismo”⁸¹, numa polêmica geralmente circunscrita à dimensão da política econômica. Muitos dos intelectuais da nova academia teciam loas ao presidencialismo de coalizão, elaborando modelos de previsão das votações, ou então reificando o paraíso das “novas classes médias” que viajavam de avião e tinham acesso às maravilhas do consumo.

Desenvolvimentismo Hoje?

Seria o desenvolvimentismo um “espectro” do passado a rondar o país, sem possibilidades de viabilização prática? Foi-se o tempo do desenvolvimentismo? Deve ele voltar a figurar tão-somente nos livros de história? Ou é uma espécie de “farsa”, no sentido de pura ideologia, ocultando as contradições renovadas? É possível retirá-lo da jaula

⁸¹ Para uma análise destas duas visões, ver BASTOS, dez. 2012.

economicista? Existem condições para atualizar a perspectiva desenvolvimentista⁸², recuperando a poderosa tríade projeto-interpretação-utopia?

Se o seu retorno assimila-se ao de um “espectro” e sugere uma “farsa”,⁸³ estaria confirmada a impossibilidade de resgate da tríade desenvolvimentista. Isso parece ser comprovado pela aparente ausência de perspectivas de longo prazo, ao menos para quem se encontra em meio ao olho do furacão⁸⁴.

Luiz Werneck Vianna, já em 2002, se utiliza destes substantivos para qualificar o insólito retorno do “desenvolvimentismo”, agora envergado pelo PT que se socorre de “*um território ideal antípoda ao da sua formação*”. A própria interpretação da história republicana do partido é revista, “*instituindo-se pontes de comunicação entre Vargas e Lula*”. Sai Florestan e entra Furtado - totalmente remodelado e, diríamos, dervituado - “*conduzido ao panteão de honra*”.

A crise de 2013 pode ser lida como o refluxo da fúria propagandística do lulismo⁸⁵, que concebia um país que se supunha prestes a superar a pobreza e se tornar “desenvolvido”, mas não contava com um projeto de desenvolvimento nacional. Refluxo agravado pelo avanço dos segmentos conservadores que, além de se sentirem prejudicados simbolicamente pela redução da desigualdade, ou pelas perspectivas de atenuação da dominação estamental e de classe, se opuseram à nova retórica e prática que remetia ao povo e à nação.

Por outro lado, seria um exagero cogitar que a interdição do presente possa oferecer certo distanciamento histórico e, por sua vez, ampliar o horizonte analítico sobre os dilemas acumulados? Em vez de farsa, não estaria o país enquanto coletividade vivenciando os obstáculos que lhe impedem de ultrapassar o perímetro do pré-desenvolvimentismo, agora sob uma nova articulação entre projeto, interpretação e utopia?

⁸² Não nos filiamos à abordagem adotada por Bresser-Pereira, que possui o mérito de ter retomado o debate em torno do desenvolvimento no Brasil contemporâneo sob uma perspectiva histórica. Apesar de a dimensão econômica figurar no centro da agenda proposta, o autor procura fazer um contraponto histórico entre o “velho” e o “novo” desenvolvimentismo. No seu entender, o novo desenvolvimentismo seria um “terceiro discurso entre o discurso populista e o da ortodoxia convencional”, capaz de viabilizar uma nova estratégia nacional de desenvolvimento, centrada numa nova agenda econômica. Ver BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. “O Novo Desenvolvimentismo e a Ortodoxia Convencional”. In: *São Paulo em Perspectiva*, vol. 20, n. 3, jul-set 2006.

⁸³ Ver VIANNA, Luiz Werneck. “Os Espectros do Desenvolvimentismo”. In: *O Estado de São Paulo*, 27 maio 2012.

⁸⁴ Uma primeira versão deste epílogo, agora profundamente alterado, foi escrita em maio de 2015, bem antes do processo de impeachment. De lá para cá, a situação se agravou de tal maneira que a nova perspectiva desenvolvimentista esboçada parece quase um devaneio. Por isso, tentamos fugir de qualquer tipo de “análise” do cenário pós-impeachment.

⁸⁵ O uso do conceito apóia-se na formulação de que a base de sustentação do governo Lula, especialmente no segundo mandato, passou a depender dos segmentos do subproletariado que ascenderam socialmente, mas que se mostram incapazes de viabilizar uma nova coalizão política. Como resultado, o seu potencial reformista é “fraco”. SINGER, André. *Os Sentidos do Lulismo: Reforma Gradual e Pacto Conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 9-22.

Gostaria de terminar este exercício analítico sugerindo que uma perspectiva desenvolvimentista renovada - se é que ela é factível e viável - exige o enfrentamento de um conjunto de desafios, que resvalam para além do campo da economia, o que guarda sintonia com os propósitos deste trabalho.

Primeiro, será que a variedade de capitalismo em voga no país permite uma saída desenvolvimentista? Essa questão não difere, em essência, daquela formulada por Florestan Fernandes, no final dos anos 1960: “*como se constitui, funciona e evolui o regime de classes sob o capitalismo dependente*”⁸⁶? Ou melhor, “*como as classes se organizam e cooperam ou lutam entre si*”? no âmbito de um capitalismo que, no meu entender, continua sendo “subdesenvolvido” e “dependente”, como diria o mestre.

Neste sentido, pergunto-me se é possível recuperar as “teorias” do subdesenvolvimento e da dependência como ferramentas de análise para o Brasil contemporâneo? Esse empreendimento significaria retomar o esforço metodológico descartado depois dos anos 1980, agora sob novas bases.

Começemos pelo “cenário internacional”. Nos últimos quarenta anos, vivenciamos ondas sucessivas uma reorganização da economia-mundo capitalista, ainda em processo de transformação. A ascensão chinesa, apenas para ficar nos fenômenos mais recentes, redefiniu a divisão internacional do trabalho, complexificando a dinâmica centro-periferia. São agora vários os centros e as periferias, não mais facilmente localizáveis nos perímetros territoriais dos países. Como se insere o Brasil neste quadro mais amplo? Quais são as potencialidades e os constrangimentos do novo quadro internacional?

Para além dos condicionantes externos, a política macroeconômica atua num contexto onde existem *players* de destaque – bancos, mídia, oligopólios industriais e de serviços, agronegócio –, além de atores sociais enfraquecidos que atuam na contramão do *status quo*, procurando assegurar a ampliação do nível de emprego, da massa salarial, do gasto social e do financiamento à agricultura familiar e promover a elaboração e execução de políticas públicas sociais, de infraestrutura e urbanas. Como se dá a soldagem destes interesses e sob a hegemonia de quem?

Num quadro de redefinição dos centros de acumulação do capitalismo, e de batalha no *front* macroeconômico interno – facilmente perceptível no debate em torno do ajuste fiscal –, algumas questões estruturais são vitais para se definir o padrão de desenvolvimento nos próximos anos.

⁸⁶ FERNANDES, 1975, p. 15, 57.

Apresentamos, brevemente, algumas delas: a necessidade de revitalização do sistema produtivo no território nacional, no sentido de avançar rumo a setores de maior produtividade, internalizando o valor adicionado e parte das cadeias produtivas internacionalizadas; e de redefinição das relações entre Estado e setor privado, que envolve não só o papel dos bancos públicos, a atuação das empresas estatais e o nível de rentabilidade auferido nas novas concessões ao setor privado; mas também os compromissos em torno de novas formas de inclusão social e de promoção do desenvolvimento sustentável. O papel do mercado interno é chave, assim como os acordos comerciais e de investimento, que não devem chancelar um modelo de integração passiva.

O encaminhamento destas questões está no âmago de uma política de desenvolvimento capaz de avançar no sentido da redução da desigualdade. A dinâmica do mercado de trabalho – num contexto de transição demográfica – e as políticas de transferência de renda muito provavelmente não surtirão os mesmos efeitos obtidos na década passada. A desigualdade social passa a ser um desafio que transcende a questão da renda – obviamente que há muito que se fazer no campo da progressividade tributária – e passa a estar associada à expansão dos direitos, dos gastos sociais e da infraestrutura urbana básica.

Isso requer a redefinição do papel do Estado no Brasil e da base social capaz de viabilizar o enfrentamento destes desafios estruturais. Mas quem é o Estado no Brasil? A posição social dos intelectuais orgânicos do Estado não existe mais. Se existem carreiras de destaque, protegidas pela meritocracia, seus expoentes se parecem mais aos tecnocratas do que aos técnicos em fins. Um projeto nacional se constrói com tecnocratas? Ou, ao contrário, é o projeto capaz de deslocá-los/incorporá-los? E quanto às oligarquias regionais, recicladas em segmentos da burguesia, com participação decisiva nos partidos que compõe a “base aliada”?

Como está composta a estrutura de classes do país e como ela se faz representar na estrutura de poder? Tudo indica que exista uma alta viscosidade do sistema político com relação a uma estrutura social basicamente fragmentada, especialmente nos segmentos populares. Jogar toda a energia transformadora na reforma política parece um equívoco. Reforma política para quê e para quem, esta parece ser a questão. Não há dúvida quando ao caráter conservador do atual Congresso, mas o que dizer da ausência propositiva do Executivo e da sua base de sustentação social?

E as classes trabalhadoras, são compostas por quem? Estão plenamente representadas pelas centrais sindicais? Quem é o novo movimento sindical brasileiro? E o subproletariado que teve suas condições de vida aprimoradas? Existe empresário nacional no país? Que outras

forças sociais compõem o tecido social do país, além daquelas sobejamente representadas no Parlamento? Qual o papel dos movimentos populares urbanos e rurais, de defesa dos direitos humanos, e dos ambientalistas? E dos técnicos – atuando não apenas nas universidades, mas junto às várias ONGs –, estes seriam os novos potenciais intelectuais orgânicos do desenvolvimento nacional?

Não menos importante, qual o papel da cultura neste processo? Existe uma ou são várias as culturas brasileiras? Em que medida, a violência urbana e o ambiente competitivo nas relações sociais contribuíram para erodir os valores de solidariedade nos espaços da vida coletiva?

O desafio parece transcender a política cultural propriamente dita, cujos mecanismos de incentivo são hoje apropriados pelo setor privado, levando a uma padronização da cultura de cima para baixo. Ademais, não custa perguntar: quem faz a ponte entre as culturas populares e os padrões estéticos predominantes no país?

A política cultural no sentido mais amplo deve atuar como um “aprofundamento da política social”, no sentido de ampliar as potencialidades da coletividade, estimulando a criatividade e a “ruptura com o estabelecido”. Não à toa, Furtado colocava a política cultural como nexos estratégico entre o crescimento econômico e a realização da cidadania ⁸⁷.

Qual o papel da universidade brasileira? Ela pensa o Brasil? O que significa hoje ser intelectual no país? E a burocracia estatal, qual o seu papel no desenvolvimento? As carreiras criaram castas? E quanto aos empresários, existe uma cultura da inovação, ou apenas a manutenção das posições adquiridas no mercado? E o que dizer do amplo setor de militantes sociais? Como incorporá-los ao planejamento estatal democrático, participativo e descentralizado?

A revisão dos padrões de atuação das várias instituições acima mencionadas é fundamental para qualquer tentativa de recriar uma utopia das potencialidades nacionais. Esta não surge como algo criado de cima, mas está ou não enraizada na sociedade, e se está, mesmo que apenas em potencial, não pode aflorar sem o papel do Estado como agente propulsor e aglutinador.

E mais, é possível conceber uma utopia nacional, um projeto de transformação e uma interpretação crítica do país, num contexto de predomínio incontestado da grande mídia, que tem o seu próprio projeto inoculado de maneira subliminar no inconsciente das famílias das classes médias para baixo? Como romper o cerco?

⁸⁷ FURTADO, Celso. *Ensaio sobre Cultura e o Ministério da Cultura*. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado/Editora Contraponto, 2012, p. 63-66

Passo decisivo para uma contra-hegemonia é romper com o equívoco (“nada inofensivo”) que encara o chamado “jeitinho brasileiro” como traço constitutivo da nossa cultura, tal como aponta Jessé Souza na sua crítica certa⁸⁸. Esta construção ideológica - ao unificar para todos os segmentos um padrão de comportamento, além de estereotipado, tão típico dos de cima – acaba servindo para justificar a manutenção das desigualdades existentes e a “má-fé institucional” no campo das políticas públicas, especialmente para os segmentos que mais dela dependem, aqueles situados na base da pirâmide social.

Enfim, o dilema essencial reside no campo da cultura. Precisamos abandonar os figurinos importados e estimular a imaginação criadora nas várias esferas da vida coletiva, permitindo uma nova interação entre o mundo da cultura e da sociedade e o mundo da política. Mas, em última instância, a batalha decisiva se dá na estrutura de poder – que se reproduz por meio dos vários monopólios que oferecem para alguns poucos o acesso privilegiado à política, à riqueza e à informação. Não é fácil e não é tarefa de uma geração, mas sem tal perspectiva utópica não me parece concebível ultrapassar o limiar que nos separa de uma nova perspectiva desenvolvimentista.

As perguntas inconclusivas acima indicam a necessidade de pensar historicamente os dilemas do presente. Mesmo assim, alguém, depois de ler esse extenso trabalho, poderia fazer a seguinte pergunta indiscreta: o que Rômulo Almeida e o seu fragmento de geração teriam a dizer sobre o Brasil de hoje? Muito pouco. A sua contribuição já foi dada pela maneira como pensaram e praticaram o desenvolvimento em outro período de nossa história. Agora a bola está conosco, desde que saibamos aprender com seus métodos de análise e ação, seus princípios norteadores e sua ousadia propositiva.

⁸⁸ SOUZA, Jessé. *A Ralé Brasileira: Quem É e Como Vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 396-399, 415-421.

Quadro 1 – (Re)periodizando a História do Desenvolvimento no Brasil

	Contexto Histórico: Econômico, Político e Cultural	Os Intelectuais e suas posições sociais	Mundo do Pensamento: o debate sobre desenvolvimento	Mundo Material: as dimensões do desenvolvimento
1930-1945 Construção da ossatura material do Estado	Expansão Industrial, “Engessamento do Modernismo” e Centralização do Poder Estatal.	Intelectuais e Escritores: novas explicações em busca da identidade/construção nacional; <i>No Estado</i> : emergência dos técnicos.	O “problema econômico” assume destaque. Do progresso material e cultural (postivistas) à busca da modernidade brasileira; Desenvolvimento ainda não investigado na sua peculiaridade histórica.	A expansão econômica se concentra no Sudeste com apoio crescente do Estado; várias situações sociais “isoladas” nos espaços regionais; Estatização das relações com as várias classes e frações de classe a partir do poder central.
1946-1964 Brasil Desenvolvimentista	Industrialização e urbanização ganham fôlego; “Rotinização do modernismo”; Expansão da democracia, com limitações, e emergência de novas forças sociais na vida política;	<i>Na economia</i> : técnicos em fins nacionalistas x mercadistas; <i>Na sociedade</i> : intelectuais orgânicos do Estado, intelectuais críticos da academia; intelectuais das classes populares.	O desenvolvimento como auto-transformação nacional: dinamização do mercado e transformação das situações de classe existentes, do Estado e do conteúdo da democracia.	Salto na estrutura produtiva acionado pelos investimentos e empréstimos estatais internaliza novos atores (empresas transnacionais) e gera novas alianças com os vários setores do capital nacional e as posições sociais dentro e fora do Estado;

<p>Triênio 1961-1963</p>	<p>Desenvolvimento cede espaço à “crise” e à “revolução”; Fragmentação das alianças políticas e radicalização dos projetos alternativos</p>	<p>Nova clivagem no campo da economia entre intelectuais nacionalistas e elites modernizadoras do capital. Os intelectuais das classes populares emergem no centro da cena.</p>	<p>Crescente oposição entre as elites modernizadoras do capital e os intelectuais das classes populares; Perda de posição dos intelectuais orgânicos do Estado. Os intelectuais nacionalistas formulam opções políticas de consenso (fracassadas)</p>	<p>Desaceleração econômica, elevação da inflação e crise do balanço de pagamentos. Democracia desacreditada num contexto de polarização política.</p>
<p>1964-1980 Período Pós-Desenvolvimentista</p>	<p>Exponenciação da acumulação de capital, modelo <i>profit-led</i>, exclusão social, tensões administradas dentro da coalizão de classe intra-burguesia por meio do Estado centralizado.</p>	<p><i>Na economia:</i> tecnocratas x intelectuais alijados do Estado e da academia; técnicos em fins isolados; Surgimento dos economistas heterodoxos e ortodoxos da academia (neste último grupo, há os governistas e os críticos); <i>Na sociedade:</i> emergência dos intelectuais orgânicos dos movimentos sociais e populares.</p>	<p>O desenvolvimento como ativação das forças produtivas: elites modernizadoras se consolidam fora e dentro do governo (tecnocratas); Reunião dos fragmentos de geração do período anterior em torno da redemocratização; O desenvolvimento volta como ideologia sem práxis estatal (mobilização das forças políticas e sociais anti-regime militar).</p>	<p>Expansão econômica modulada pela situação internacional, gerando novas formas de dependência ao fim do período; Aguçamento das tensões sociais rurais e urbanas; Fissura do bloco de poder e recomposição das forças sociais e políticas.</p>
<p>1980-1994 Curto-Circuito no Desenvolvimento</p>	<p>Crise econômica, inflação e transição democrática com manutenção da estrutura de poder. Aprovação da</p>	<p><i>Na economia:</i> aliança, e depois distanciamento, entre os economistas heterodoxos e os ortodoxos críticos do regime militar. Ascensão dos novos neoliberais;</p>	<p>O debate sobre desenvolvimento que ressurgiu, durante a Constituição de 1988, é substituído pelo debate em torno da estabilização; Ampla frente de movimentos sociais e</p>	<p>Manutenção da estrutura de poder, ampliando o acesso a novos grupos sociais, mas num contexto de enfraquecimento do Estado em termos fiscais e propositivos;</p>

	Constituição de 1988, que estabelece novas premissas para a atuação do Estado na vida social e econômica.	<i>Na sociedade:</i> crescente protagonismo dos intelectuais orgânicos dos movimentos sociais e populares.	populares costura uma nova alternativa cidadã, sem uma perspectiva desenvolvimentista; Univerdades se fortalecem, mas produzindo conhecimento disciplinar, com baixa capilaridade junto ao debate público.	Os avanços sociais da Constituição são postergados pela agenda da estabilização econômica.
1995-2002 O Brasil Anti-Desenvolvimentista	Estabilização da inflação a níveis baixos com desorganização da estrutura produtiva e expansão do desemprego e da informalidade; Lenta implementação da agenda da Constituição de 1988 com revisão do papel do Estado na economia.	Novos neoliberais ganham a cena e propõem um novo modelo de desenvolvimento; Economistas heterodoxos fazem releitura “positiva” do passado “desenvolvimentista”; Disputa no governo entre os novos neoliberais e os novos mercadistas.	Reificação da globalização pelos intelectuais midiáticos, os novos neoliberais; Atitude de resistência dos movimentos sociais e populares organizados e de seus intelectuais orgânicos críticos ao “neoliberalismo”; Conceitos como nação e desenvolvimento são extirpados do vocabulário pelas forças sociais e políticas vencedoras.	Novo modelo de desenvolvimento frustrado abre a oportunidade para a transformação da estrutura de poder; Paulatina recuperação do termo desenvolvimento ao fim do período, com escassa formulação crítica
2003-2014 Era Lula: Crescimento e Inclusão Social sem Desenvolvimento	Adoção de políticas econômicas ortodoxas, junto com intensificação das políticas sociais num cenário internacional	Novos neoliberais e economistas heterodoxos da academia disputam a condução do governo; Incorporação seletiva das lideranças dos movimentos sociais à estrutura de	Resgate da ideia de nação como auto-estima do “povo” e de “desenvolvimento” como expansão do mercado interno. Debate circunstrito aos temas do “mercado”: <i>investment grade</i> ,	Expansão do mercado interno permite soldar interesses contraditórios no curto prazo, mas sem haver consenso em torno dos fins e meios do desenvolvimento;

	<p>favorável (até 2008), permitindo a recuperação de novos papéis ao Estado Indutor.</p>	<p>poder, sem ações efetivas para a sua democratização;</p> <p>Era Lula: apoio de segmentos expressivos da intelectualidade das universidades, dos movimentos sociais, com progressivo distanciamento dos novos neoliberais;</p> <p>Grande consenso ofusca disputa por hegemonia;</p> <p>O “social-desenvolvimentismo” aparece como figura de retórica ou como análise conjuntural do governo.</p>	<p>país de classe média, fim da pobreza (padrão de consumo básico).</p> <p>Nova projeção internacional, “BRICS” e política Sul-Sul catapulta interesses das transnacionais brasileiras. Políticas de expansão da infra-estrutura básica e de redução das desigualdades mais meio do que fim;</p> <p>Subdesenvolvimento e dependência se tornam temas de pesquisa do passado, perdendo o seu potencial de crítica sobre o presente;</p> <p>As reformas estruturais não se fazem mais necessárias (a agenda reformista está do lado dos novos neoliberais).</p>	<p>No curto prazo, a dimensão social vitamina a dimensão econômica e vice-versa;</p> <p>Produtividade sofre estagnação e uso da política cambial para conter inflação, permite esvaziamento da estrutura produtiva, especialmente após a crise financeira de 2008;</p> <p>Alta aprovação do governo elide desafios do desenvolvimento, relacionados às desigualdades estruturais;</p> <p>Presidencialismo de coalização aceito como a suprema realização da democracia brasileira (conceito esconde a coalizão de poder multi-classista e multi-partidária, mas sob controle de poucos atores).</p>
--	--	--	---	---

